# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI) 2024-2029





## CFM CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI) 2024-2029

CFM Brasília/DF, 2025 © 2025 – Planejamento estratégico institucional (PEI): 2024/2029 - Conselho Federal de Medicina

#### Conselho Federal de Medicina

SGAS 616, Lote 115, L2 Sul

CEP: 70200-760 - Brasília/DF - Brasil

Tel.: (61) 3445 5900

e-mail: cfm@portalmedico.org.br

Disponível em versão eletrônica em: www.portal.cfm.org.br

#### Comissão Permanente de Gerenciamento do Planejamento Estratégico - COGEPE

José Hiran da Silva Gallo (Presidente da Comissão)

Alexandre de Menezes Rodrigues (Vice-presidente da Comissão)

Adriano de Oliveira Ponce (Coordenador da Comissão)

Aldo Carvalho da Cunha

Bruno Lemos

Gleidson Porto Batista

Marcelo Ferreira Amorim

Marcos Roberto Pereira

#### Catalogação na fonte: Biblioteca do CFM

Conselho Federal de Medicina (Brasil)

Planejamento estratégico institucional (PEI): 2024-2029 / Conselho Federal de Medicina. - Brasília: CFM, 2025.

72p.; il. graf. tab.

Versão digital (31215 KB) - Formato PDF

ISBN 978-65-87360-22-5 - físico ISBN 978-65-87360-21-8 - digital

- 1. Planejamento estratégico. 2. Gestão. 3. Desenvolvimento organizacional.
- 4. Gestão estratégica. 5. Conselhos de Medicina Planejamento. I. Título. II. CFM.

CDD 658.4012

#### **DIRETORIA DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**

#### **Presidente**

José Hiran da Silva Gallo

#### 1º Vice-Presidente

**Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti** 

#### 2º Vice-Presidente

Rosylane Nascimento das Mercês Rocha

#### 3º Vice-Presidente

Jeancarlo Fernandes Cavalcante

#### Secretário-Geral

Alexandre de Menezes Rodrigues

#### 1º Secretário

Hideraldo Luís Souza Cabeça

#### 2º Secretário

Estevam Rivello Alves

#### 3º Secretário

Dilza Teresinha Ambrós Ribeiro

#### Tesoureiro

Mauro Luiz de Britto Ribeiro

#### 2º Tesoureiro

Carlos Magno Pretti Dalapicola

#### Corregedor

José Albertino Souza

#### Vice-Corregedor

Francisco Eduardo Cardoso

#### **Conselheiros Efetivos**

Ademar Carlos Augusto (Amazonas)

Alcindo Cerci Neto (Paraná)

Alexandre de Menezes Rodrigues (Minas Gerais)

Bruno Leandro de Souza (Paraíba)

Carlos Magno Pretti Dalapicola (Espírito Santo)

Carlos Orlando Pasqualotto Fett Sparta de Souza (Rio Grande do Sul)

César Eduardo Fernandes (AMB)

Dilza Teresinha Ambros Ribeiro (Acre)

Diogo Leite Sampaio (Mato Grosso)

Domingos Sávio Matos Dantas (Roraima)

Eduardo Jorge da Fonseca Lima (Pernambuco)

Eduardo Monteiro de Jesus (Amapá)

Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti (Alagoas)

Estevam Rivello Alves (Tocantins)

Francisco Eduardo Cardoso Alves (São Paulo)

Graziela Schmitz Bonin (Santa Catarina)

Hideraldo Luís Souza Cabeça (Pará)

Jeancarlo Fernandes Cavalcante (Rio Grande do Norte)

José Albertino Souza (Ceará)

José Elêrton Secioso de Aboim (Sergipe)

José Hiran da Silva Gallo (Rondônia)

Maíra Pereira Dantas (Bahia)

Mauro Luiz de Britto Ribeiro (Mato Grosso do Sul)

Nailton Jorge Ferreira Lyra (Maranhão)

Raphael Câmara Medeiros Parente (Rio de Janeiro)

Rosylane Nascimento das Mercês Rocha (Distrito Federal)

Waldemar Naves do Amaral (Goiás)

Yáscara Pinheiro Lages Pinto (Piauí)

#### **Conselheiros Suplentes**

Alceu José Peixoto Pimentel (Alagoas)

Alessandre Gomes de Lima (Acre)

Ana Jovina Barreto Bispo (Sergipe)

Antonio Carlos Sanches de Oliveira Junior (Espírito Santo)

Antonio Edson Souza Meira Júnior (Bahia)

Antônio Henriques de França Neto (Paraíba)

Cibele Alves de Carvalho (Minas Gerais)

Cleiton Cássio Bach (Rondônia)

Flávio Freitas Barbosa (Mato Grosso do Sul)

Gerson Junqueira Júnior (Rio Grande do Sul)

Ivna Deise da Silva Amanajás (Amapá)

João Hélio Leonardo de Souza (Rio de Janeiro)

José Eduardo Lutaif Dolci (AMB)

Krikor Boyaciyan (São Paulo)

Leila Katz (Pernambuco)

Leonardo José Araújo Macêdo de Alcântara (Ceará)

Leopoldina Milanez da Silva Leite (Maranhão)

Luciano Aquino de Faria (Mato Grosso)

Marcelo Lemos dos Reis (Santa Catarina)

Marcelo Prado (Goiás)

Marcos Lima de Freitas (Rio Grande do Norte)

Marcos Menezes Freitas de Campos (Tocantins)

Mariane Cordeiro Alves Franco (Pará)

Nazareno Bertino Vasconcelos Barreto (Roraima)

Nivaldo Amaral de Souza (Amazonas)

Sérgio Tamura (Distrito Federal)

Viviana de Mello Guzzo Lemke (Paraná)

Williams Cardec da Silva (Piauí)

## **APRESENTAÇÃO**

O planejamento estratégico assume cada vez mais um papel-chave nas organizações públicas e privadas. Por meio dele, fluxos internos são aperfeiçoados, e critérios como transparência, modernidade, economicidade e avaliação de resultados ganham importância na tomada de decisões.

A preocupação com a qual o Conselho Federal de Medicina (CFM) comunga é fortalecer a competência e a racionalidade nos processos de gestão. Assim, fica mais fácil reconhecer fragilidades, identificar forças e aproveitar oportunidades nos diferentes campos da vida institucional.

Desde 2017, o CFM identificou nessa ferramenta um poderoso auxiliar para seu crescimento. Assim, a partir dessa premissa, conselheiros, funcionários e colaboradores passaram a desenvolver suas atividades alinhados com a visão de futuro dessa autarquia que representa os interesses de meio milhão de médicos.

Neste documento, estão descritos o caminho percorrido até o momento e as metas que se pretende alcançar com o passar do tempo. Certamente, com o engajamento de todos os envolvidos nesse processo, o CFM alcançará a excelência em suas diversas frentes de atuação.

Àqueles que somam forças com o CFM, desejamos boa leitura e que possam aproveitar a viagem que se apresenta. Que este documento seja nossa bússola para ações individuais e coletivas, trazendo efetivas contribuições para o trabalho realizado em benefício dos médicos e da população.

José Hiran da Silva Gallo Presidente do CFM Alexandre de Menezes Rodrigues Secretário-geral do CFM

## ÍNDICE

6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
6.	PANORAMA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	71
	5.1.6. Iniciativas	61
	5.1.5. Indicadores	
	5.1.4. Alinhamento estratégico	
	5.1.3. Mapa estratégico	
	5.1.2. Objetivos estratégicos	41
	5.1.1. Perspectivas estratégicas	40
	5.1. Balanced scorecard – BSC	39
5.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL	39
	4.3. Valores	37
	4.2. Visão de futuro	37
	4.1. Missão	36
4.	DIREÇÃO	36
	3.2. Análise de ambiente	32
	3.1. Levantamento histórico	
3.	DIAGNÓSTICO	
	2.5. Arquitetura funcional	25
	2.4. Mapa de ativos críticos	
	2.3. Cadeia de valor	
	2.2. Mapa de funções	
	2.1. Mapa de partes interessadas	
2.	IDENTIDADE	17
	do BSC	15
	1.2. Arquitetura funcional, mapa estratégico e perspectivas	
	1.1. Ciclo de vida do gerenciamento estratégico	12
Ί.	CONCEITOS	

## 1. CONCEITOS

O planejamento é um **processo**, um conjunto de tarefas desempenhadas **para alcançar as metas comuns** e determinar os objetivos, estruturando a melhor maneira de atingi-los.



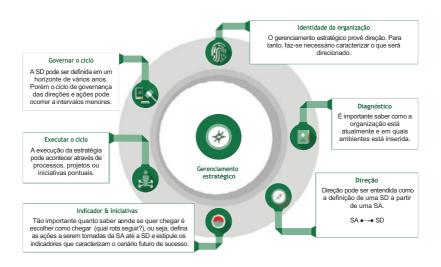


O planejamento estratégico significa **pensar a organização como um todo** em sua relação com o ambiente, **em uma perspectiva de futuro**; é ver o todo antes das partes e criar uma visão de futuro e os meios para alcançá-la.

O ciclo de vida do planejamento estratégico institucional (PEI) 2024-2029 do Conselho Federal de Medicina (CFM) integra boas práticas e metodologias para facilitar a organização, a governança e a execução de ações. Esse ciclo inclui o *balanced scorecard* (BSC) como uma das metodologias.

#### 1.1. Ciclo de vida do gerenciamento estratégico

O ciclo a seguir representa a sequência de levantamento de informações e de decisões que devem ocorrer para que o PEI mantenha coerência e alinhamento desde sua definição até a execução.



A necessidade de caracterizar a organização que implantará um modelo de gerenciamento estratégico está calcada na premissa

de que, para se definir diretrizes de modo coerente, primeiro as pessoas devem reconhecer, de forma homogênea, o motivo da existência de tal instituição. Em resumo, a **identidade** organizacional deve estar clara.

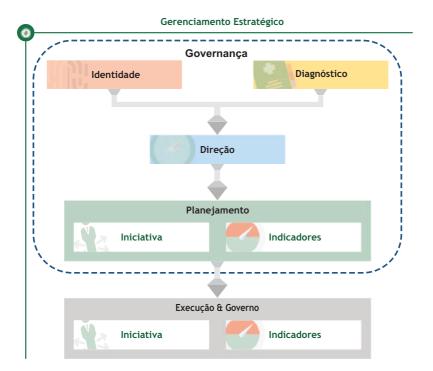
Obedecendo ao ciclo de vida do modelo de gerenciamento estratégico, um **diagnóstico** da situação atual deve ser realizado para levantar informações que sejam pertinentes à tomada de decisão sobre aonde a organização quer chegar em um horizonte futuro.

A etapa de **direção** na metodologia de implantação do gerenciamento estratégico define não só o "estado" em que a organização espera se encontrar em um futuro estabelecido, mas também o caracteriza de forma mensurável e estabelece as grandes diretrizes a serem adotadas.

Nesse momento começam as definições sobre as ações a serem realizadas, quem serão os envolvidos, os prazos a serem obedecidos, como os avanços serão monitorados, o nível de entrega esperado etc. A forma estruturada de reunir tais definições é conhecida como planejamento estratégico, que deve conter minimamente duas "pernas": **indicadores** e **iniciativas**.

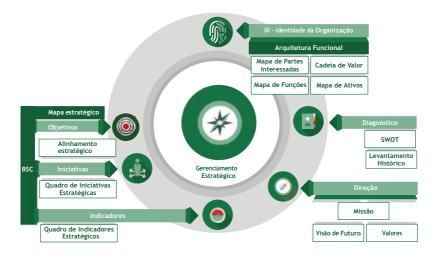
Os indicadores são necessários para estabelecer, de forma objetiva e mensurável, o "estado final desejado" como resultado daquele *pool* de ações. São utilizados, também, para o monitoramento do avanço das iniciativas, o que, por sua vez, fornece as rotas que, se executadas a contento, acredita-se que irão resultar no "estado desejado". Normalmente assumem a forma de processos, projetos ou ações pontuais.

A definição de um modelo de gerenciamento estratégico só é possível se o esforço da organização não se limitar à aprovação de um plano estratégico. A definição de estratégias não entrega resultados e não assegura o alcance do "estado desejado"; é necessário **executar** e **governar**.



Para que o termo "gerenciamento" faça sentido, além de se criar uma identidade corporativa, levantar informações sobre a situação atual, estabelecer uma visão de futuro e construir um plano para as ações estratégicas, são necessários dois outros esforços: executar o plano estratégico e governar o ciclo estratégico. É a execução do plano estratégico que possibilitará resultados, e a governança do ciclo monitorará o ritmo e verificará se os resultados correspondem ao esperado ou se há necessidade de alterar ou incluir direcionamentos.

Para organizar as informações levantadas durante o ciclo de vida do gerenciamento estratégico, foram utilizadas as seguintes estruturas:



Importantes na integração, no alinhamento e na governança das definições estratégicas, a arquitetura funcional, o mapa estratégico e o BSC foram metodologias utilizadas neste ciclo de planejamento.

# 1.2. Arquitetura funcional, mapa estratégico e perspectivas do BSC

A seguir, ilustra-se a base utilizada para a construção da arquitetura funcional e do mapa estratégico.



As perspectivas definidas para o BSC foram:

- Benefícios esperados (partes interessadas prioritárias e especiais): enxerga a organização sob o ponto de vista do público prioritário e demais entidades públicas e privadas classificadas como especiais ao CFM.
- Processos finalísticos (processos primários): processos focados na missão da organização, na razão de existência ou criação.
- Funções centrais (processos primários): caracteriza a organização a partir de suas linhas principais de atuação, com foco no atendimento ao cliente. Conceitua a organização por meio de sua cadeia de valor.
- Ativos da organização (ativos críticos): nesta visão, são apresentados os ativos que interferem diretamente na eficácia da cadeia de valor e no alcance dos objetivos institucionais.

## 2. IDENTIDADE

Essa é a primeira atividade de todo o processo de implantação do modelo de gerenciamento estratégico. A identidade da organização pode ser composta pela missão e pelos valores organizacionais, além de incluir o reconhecimento de partes interessadas, funções e outras informações de caracterização.





#### 2.1. Mapa de partes interessadas

As partes interessadas são os agentes ativamente envolvidos no dia a dia da empresa, ou cujos interesses podem ser afetados positiva ou negativamente pelos negócios da organização (exemplos: clientes, sócios, funcionários, fornecedores). Isto é, trata-se de pessoa, grupo ou organização que tem interesse ou pode afetar, ser afetado, ou perceber-se afetado por qualquer aspecto da unidade estratégica de negócio (UEN).

As partes interessadas têm diversos níveis de responsabilidade e autoridade e podem ter influência e interesse positivo ou negativo no negócio. Negligenciar as partes interessadas (especialmente aquelas com interesses negativos e contrários) pode aumentar a probabilidade de insucesso da UEN – daí a importância de mapeá-las, identificando interesses e expectativas.

Mapear partes interessadas é o processo de identificar pessoas e organizações impactadas pela UEN ou que podem impactá-la, documentando informações relevantes sobre seus interesses, envolvimento e impacto sobre o sucesso do negócio.

m	Prestadores de serviços médicos (públicos e pri- vados)	Clínicas, hospitais; laboratórios; operadores de Regulação, supervisão e planos de saúde; postos de saúde, entre outros fiscalização		Regulação, orientação e fiscalização das condições para o exercício da medicina	Respeito e participação institucio- nal; contribuição parafiscal; respeito às normas e princípios do exercício legal, ético e técnico da prestação de serviços médicos; participações e sugestões dos prestadores de servi- ços médicos às atividades finalísticas do CFM
7	Entidades médicas	AMB, federadas e sociedades de especialida- Político, institucional, coodes, Fenam, FMB, sindicatos, Academias de peração técnica e desenvol-Medicina; Febam, ANMR	Político, institucional, coo- peração técnica e desenvol- vimento ético	Informações qualificadas; contribui- ção no debate de questões relacio- nadas a saúde e medicina; parceria em atuações; prestígio e imagem em atuações	Oportunidades de melhoria; ques- tões de ética e técnica médica; parce- ria em atuações; prestígio e imagem da medicina brasileira
7	Instituições envol- vidas na formação médica	Escolas médicas (nacionais e internacionais), cursos de pós-graduação, doutorado, pro- gramas de residência médica, CNRM, Abem, Saeme	Cooperação técnica	Melhoria de imagem por acreditação; informações qualificadas; contribui- ção no debate de questões relaciona- das a saúde e medicina; parceria em atuações brasileiras	Oportunidades de melhoria; ques- tões de ética e técnica médica; parce- ria em atuações; prestígio e imagem da medicina brasileira
7	Organismos Inter- nacionais	Governos internacionais, Confederação Médica Latino-Ibero-Americana e do Caribe (Confemel), International Association of Medical Regulatory Authorities (IAMRA), Comunidade Médica de Língua Portuguesa (CMLP), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização of Nações Unidas (ONU), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização das Nações Uni- das para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Operação de Manutenção da Paz (OMP), Colégio de Médico da Espanha, demais órgãos de regu- lação e fiscalização médica de outros países	Cooperação e institucional	Regularidade de atuação, informa- ções qualificadas, contribuição no debate de questões relacionadas a saúde e medicina; parceria em atu- ações	Oportunidades de melhoria; ques- tões de ética e técnica médica; par- ceria em atuações; imagem institu- cional do CFM

∞		2 Poder Executivo	Federal, estadual e municipal	Político e institucional	Regularidade de atuação; informa- loportunidades de melhoria; ques- ções qualificadas; contribuição no lóes de ética e técnica médica; parce- debate de questões relacionadas a lia em atuações; imagem institucio- saúde e medicina la la política do CFM	Oportunidades de melhoria; ques- tões de ética e técnica médica; parce- ria em atuações; imagem institucio- nal e política do CFM
6		Poder Legislativo	Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Político e institucional Legislativas e Distrital, Câmaras Municipais		Regularidade de atuação; informa- loportunidades de melhoria; ques- ções qualificadas; contribuição no lóes de ética e técnica médica; parce- debate de questões relacionadas a lia em atuações; imagem institucio- saúde e medicina la	Oportunidades de melhoria; ques- tões de ética e técnica médica; parce- ria em atuações; imagem institucio- nal e política do CFM
10		Poder Judiciário	Tribunais Federais e Estaduais	Legal e institucional	Regularidade de atuação; informa- ções qualificadas; contribuição no debate de questões relacionadas a saúde e medicina	Oportunidades de melhoria; ques- tões de ética e técnica médica; ima- gem institucional e política do CFM
1	7	Órgãos de controle, fiscalização e regulação	Ministério da Transparência, Controladoria-Geral de União (CGU), Tribunal de Contas da União (CCU), Conselho Nacional de Educação; Conselho Nacional de Saúde, Conselhos de outras categorias profissionais, ANS, Anvisa, Ministério Público, STN, PF, Receita Federal, entre outros	Controle, fiscalização, regu- lação e cooperação	Regularidade de atuação; informado portunidades de melhoria; ques- ções qualificadas; contribuição no tões de ética e técnica médica; parcedebate de questões relacionadas a saúde e medicina; parceria em atua política do CFM	Oportunidades de melhoria; ques- tões de ética e técnica médica; parce- ria em atuações; imagem institucio- nal e política do CFM
12	-	Fornecedores do CFM (produtos e serviços)	Financeiro, consultoria, materiais de consumo, segurança, limpeza e conservação, entre Comercial outros	Comercial	Valor financeiro; melhoria no aten- dimento aos clientes; eficiência dos processos internos e externos fação dos clientes do CFM; satis-	Produtos e serviços consistentes e adequados à realidade do CFM; satis- fação dos clientes do CFM

#### 2.2. Mapa de funções

Somente o CFM foi definido como unidade estratégica integrante do gerenciamento estratégico, apesar de se reconhecer o importante papel desenvolvido pelos Conselhos Regionais. Dessa maneira, foi realizado um levantamento de informações sobre funções centrais para melhor caracterizar a unidade estratégica. A tabela a seguir sumariza as funções centrais do CFM.

		MAPA DE FUNÇÕES
UNIDADE	FUNÇÕES	DESCRIÇÃO
CFM	Cartorial	Atividades relacionadas ao registro de pessoa física (PF) e pessoa jurídica (PJ)
CFM	Fiscalização	Atividades relacionadas à fiscalização da prática médica
CFM	Judicante	Atividades relacionadas ao julgamento de médicos
CFM	Normatização	Atividades relacionadas à elaboração de normativos (resolu- ções, pareceres, recomendações, notas técnicas, despachos etc.)
CFM	Supervisão e integra- ção do Sistema Conse- Iho de Medicina	Atividades envolvendo relacionamento com os componentes do Sistema Conselho de Medicina (CRM, conselheiros etc.)
CFM	Político	Atividades envolvendo o relacionamento do CFM com outras organizações (governos, organismos, instituições etc.)
CFM	Institucional	Atividades envolvendo o relacionamento do CFM com clientes e que contribuem para o prestígio e imagem do CFM como instituição de valor para a medicina, a classe médica, insti- tuições públicas e privadas da área de saúde e demais partes interessadas

#### 2.3. Cadeia de valor

A cadeia de valor pode ser vista como uma maneira sistemática de examinar as atividades que uma empresa desempenha e como elas se relacionam. A análise da cadeia de valor busca entender a empresa como um grande processo de atividades inter-relacionadas que buscam adicionar valor específico para determinado público-alvo. Ela identifica as atividades, as funções e os processos de

trabalho da organização que precisam ser executados no projeto, na produção, na entrega e no apoio de certo produto ou serviço.

		CADEIA DE VALOR
ID	P	MACROPROCESSOS
1	F	Gerar conteúdo ético
2	F	Validar, aplicar e divulgar conhecimento técnico-científico
3	F	Normatizar a ética na prática médica
4	F	Supervisionar e apoiar o Sistema Conselhos de Medicina
5	F	Direcionar e supervisionar as ações de fiscalização dos CRMs
6	F	Julgar a prática médica
7	F	Defender e valorizar a medicina e aqueles que a exercem

A cadeia de valor foi utilizada para representar os macrofluxos finalísticos (macroprocessos primários) da organização. Além disso, rascunhou-se uma arquitetura de processos que visa organizar e integrar os processos de forma a permitir entrega de valor sistêmica às partes interessadas. Os processos foram organizados em grupos:

- Macroprocessos de gestão: não há entrega de valor diretamente ao cliente, porém há monitoramento e controle, em termos gerenciais, dos demais processos da empresa.
- Macroprocessos primários: são tipicamente interfuncionais, ponta a ponta, e é por meio deles que se entrega valor diretamente ao cliente; em resumo, pertencem à cadeia de valor e suas atividades são executadas por diversas áreas.
- Macroprocessos de suporte: complementam os demais processos quanto ao alcance de metas; nesses macroprocessos não há entrega de valor diretamente ao cliente, mas suporte aos processos primários e de gestão.

Os processos foram conectados em uma lógica de causa e efeito, cujo foco está no valor final entregue às partes interessadas.

Nessa visão, porém, não há preocupação, em primeiro momento, com as estruturas departamentais da organização.

#### 2.4. Mapa de ativos críticos

Para a construção do mapa, foi utilizada a seguinte classificação de ativos:

#### Pessoas

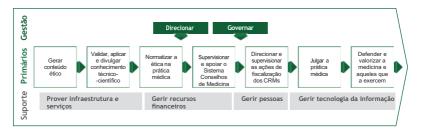
- → Equipe (funcionários etc.)
- → **Competências** (habilidades, conhecimentos, valores etc.)

#### Organização

- → Marca (marketing, carteira de clientes, publicidade etc.)
- → **Gestão** (alinhamento, auditoria, parceiros/terceiros etc.)
- → Perfil (cultura, metodologia, liderança, trabalho em equipe etc.)

#### Recursos

- → Insumos (matéria-prima etc.)
- → Infraestrutura (local etc.)
- → **Hardware** (máquinas, equipamentos etc.)
- → **Software** (informações, banco de dados etc.)



A tabela a seguir representa o mapa de ativos do CFM.

	M	APA DE ATIVOS CRÍTICOS	
TIP0	GRUP0	ATIVO	C
1. Pessoas	a) Equipe	Conselheiros	3
1. Pessoas	a) Equipe	Funcionários e assessores técnicos	3
1. Pessoas	b) Competências	Proficiência jurídica	3
2. Recursos	c) Insumos	Processo documental	3
2. Recursos	d) Infraestrutura	Instalações físicas do CFM (mapa de funções e administração)	3
2. Recursos	e) Infraestrutura de TI	Datacenter e Siem (SAS, CNM, CNP, CIM etc.), CRVirtual	3
3. Organização	h) Gestão	Comissões e câmaras técnicas	3
3. Organização	h) Gestão	CRM	3
3. Organização	h) Gestão	Pleno e câmaras de julgamento	3
3. Organização	i) Perfil	Resoluções e normas (cartorial, judicante, de fiscalização e de gestão)	3
1. Pessoas	a) Equipe	Membros de comissões e câmaras técnicas	
1. Pessoas	a) Equipe	Prestadores de serviços em processos finalísticos	
1. Pessoas	b) Competências	Conhecimento da prática médica para proficiência conselhal	
1. Pessoas	b) Competências	Proficiência em TI	
1. Pessoas	b) Competências	Proficiência na coleta e análise de dados/informações	
2. Recursos	c) Insumos	Informações (inclui o meio que o suporta)	
2. Recursos	g) Intangíveis	Portal Médico	
2. Recursos	g) Intangíveis	Publicações (ex.: jornal <i>Medicina</i> ; revista <i>Bioética</i> )	
3. Organização	h) Gestão	Auditoria em CRM	
3. Organização	h) Gestão	Marca CFM	
1. Pessoas	a) Equipe	Prestadores de serviços em processos de suporte e de gerenciamento	1
1. Pessoas	b) Competências	Proficiência em comunicação	1
1. Pessoas	b) Competências	Proficiência em gestão	1
2. Recursos	f) Equipamentos	Estações de trabalho	1
3. Organização	i) Perfil	Capacitações e treinamentos para CRM	1

### 2.5. Arquitetura funcional

Para sintetizar e reunir as informações de forma visual há a arquitetura funcional.

	, julgador e disciplinador da la medicina e pelo prestígio		Escolas e estudantes de medicina		
	epública e, ao mesmo tempo perfeito desempenho ético c	Associações médicas nacionais e internacionais	Cooperação com os demais órgãos públicos		Defender e valorizar a medicina e quem a exerce
FUNCIONAL	ética profissional em toda a R s meios ao seu alcance, pelo I inte.	Entidades de regulação e fiscalização profissionais do exterior	Organismos internacionais	Supervisão e integração do sistema conselhal de medicina	Político-institucional
ARQUITETURA FUNCIONAL	O Conselho Federal de Medidna é um órgão supervisor da ética profissional em toda a República e, ao mesmo tempo, julgador e disciplinador da classe médica, cabendo-lhe zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente.	Sistema Conselhos de Medicina	Prestadores de serviço médico (públicos e privados)	Judicante	Normatização
	O Conselho Federal de Medici classe médica, cabendo-lhe s e bom conceito da profissão	Sociedade	Classe médica	Cartorial	Fiscalização
	MISSÃO ORGANIZACIONAL	PARTES INTERESSADAS PRINRITÁBIAS E ESPECIAIS		DDOCECOC FINALICATION	TROCESSOS FINALISTICOS

Excelência nos processos do Sistema CFW/CRMs	Relações políticas e institucionais		
Relações internacionais	Comunicação	Gerir tecnologia da informação	Automação do Sistema Conselhos de Medicina
Proficiência jurídica	Comissões e câmaras técnicas	Prover infraestrutura e serviços	Processo documental
Instalações físicas do CFM (mapa de funções e ADM)	Supervisionar e apoiar o sistema conselhal	Datacenter & SEI (SAS, CNM, CNP, CIM etc.), CRVirtual	Gerir pessoas
Procedimentos administrativos do CFM	Validar, aplicar e divulgar conhecimento técnico-científico	Sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFM/CRMs	Manutenção de pessoal
FUNÇÕES	CENTRAIS	ATIVOS	CRITICOS

A arquitetura funcional possibilita o alinhamento das informações da identidade organizacional com o mapa estratégico e o BSC.

## 3. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico serve para reunir informações de propósitos, valores, anseios, cenários, situações do passado e levantar os riscos estratégicos a serem tratados pelo Plano de Gestão de Riscos do CFM. Nesta construção foram utilizados documentos da empresa, legislações aplicáveis e entrevistas com atores internos da organização para levantar dados e informações sobre a jornada da empresa. O resultado deste esforço foi organizado de forma a facilitar a análise do cenário construído e permitir assim a conclusão sobre o que devemos melhorar ou o que a empresa quer ser no futuro. Utilizou-se do levantamento histórico e da análise de ambiente.



#### 3.1. Levantamento histórico

O CFM, com sede na capital federal e jurisdição em todo o território nacional, conforme a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, a Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, e o Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009, é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da administração pública.

O CFM e os CRMs, hierarquicamente constituídos, são os órgãos supervisores da ética profissional em toda a república e, ao mesmo

tempo, julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar – por todos os meios ao seu alcance – pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente.

Assim, o CFM é um órgão que tem atribuições constitucionais de fiscalização e normatização da prática médica. Fundado em 1951 e instituído legalmente em 1957, sua competência inicial reduzia-se ao registro profissional do médico e à aplicação de sanções do Código de Ética Médica (CEM). Desde a criação do Conselho, o Brasil e a categoria médica mudaram muito, e hoje as atribuições e o alcance das ações desse órgão estão mais amplos, extrapolando a aplicação do CEM e a normatização da prática profissional.

Atualmente, o CFM exerce papel político muito importante na sociedade, atuando na defesa da saúde da população e dos interesses da classe médica. O órgão traz um belo histórico de luta em prol dos interesses da saúde e do bem-estar do povo brasileiro, sempre voltado para a adoção de políticas de saúde dignas e competentes, que alcancem a sociedade indiscriminadamente.

Ao defender os interesses dos médicos, o CFM empenha-se em defender a boa prática médica, o exercício profissional ético e uma boa formação técnica e humanista, convicto de que a melhor defesa da medicina consiste na garantia de serviços médicos de qualidade para a população. Além de zelar pelo desempenho ético da medicina e pelo bom conceito da profissão, o CFM organiza uma série de atividades e presta alguns serviços aos médicos e à sociedade brasileira.

Desse modo, o aprimoramento da gestão do CFM rumo ao alcance de sua missão requer seus processos de trabalho mapeados, definidos, melhorados, atualizados, otimizados e monitorados, bem como adaptados e desenvolvidos para a utilização de tecnologias de informação que facilitem, agilizem e aprimo-

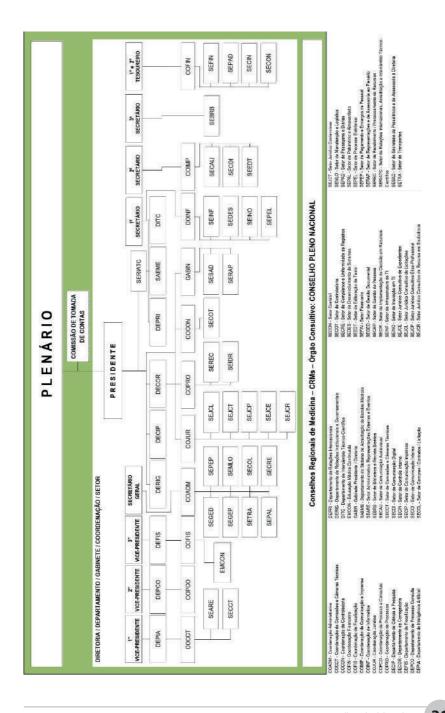
rem esses processos. Além disso, com a preocupação de dar fiel e adequado cumprimento a sua missão institucional de forma mais eficaz e eficiente, faz-se necessária a implementação de recursos da gestão estratégica.

A gestão estratégica possibilita que a estratégia da organização seja acompanhada, analisada e realinhada de forma sistemática por meio de um processo eficaz. Nessa gestão, devem ocorrer reuniões com foco na tomada de decisão, tendo como ponto central a estratégia da organização. O planejamento estratégico é um processo gerencial que diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para sua execução, levando em conta as condições internas e externas à empresa e a sua evolução esperada. A administração estratégica é o conjunto de opções, diretrizes e valores que seus líderes determinam para um desenvolvimento em longo prazo da empresa.

Essas estratégias servem para se prevenir de problemas que podem ocorrer durante o caminho e se preparar para resolvê-los, visando, com isso, diminuir o risco de insucesso. Diante desse cenário, de forma a aperfeiçoar os processos de governança corporativa do CFM, respaldado pelas melhores técnicas de gestão estratégica disponíveis no mercado, justifica-se em 2025 a atualização do PEI orientado ao alcance dos objetivos e metas institucionais estipulados para cumprimento até o fim do período da Gestão 2024-2029 do CFM.

Como boa prática, sugere-se que cada nova Gestão CFM desenvolva suas metas para seu período de atuação (cinco anos). Assim, em 2025 todo o PEI foi revisto e atualizado para os novos objetivos estratégicos estabelecidos pela alta direção.

Organograma CFM, conforme nova estrutura organizacional de diretorias, está assim:



#### 3.2. Análise de ambiente

É um conjunto de tendências, forças e instituições internas e externas capazes de influenciar o desempenho do CFM.

Sua principal função é analisar os contextos interno e externo em que o CFM está inserido. Esse processo consiste nas descrições qualitativa e quantitativa de conjunções correntes ou futuras, reais ou presumíveis, nos eixos econômico, político, mercado e social; dentro dos limites de tempo do ciclo do PEI.

Nesse contexto, a análise de ambiente é um conjunto de fatores que influenciam positiva e negativamente a eficácia e a eficiência do CFM nos eixos econômico, político, mercadológico e social. É a principal fonte de riscos estratégicos no desdobramento do Plano de Gestão de Riscos do CFM.

ANÁLISE DE AMBIENTE				SUGESTÃO
C	SWOT	TEMA	SITUAÇÃO	RESPOSTA
3	Ameaça	I – Mercado de trabalho e exercício profissional	Atuação de outros profissionais da área da saúde em atividades exclusivas (privativas) dos médicos.	Proteger
3	Ameaça	II — Ensino médico e formação	Abertura indiscriminada de escolas médicas.	Proteger
3	Ameaça	IV — Legislativo, políticas de saúde e sociedade	Falta de alinhamento do poder público com o CFM sobre políticas públicas e assuntos relacionados à área médica.	Proteger
3	Oportuni- dade	I — Mercado de trabalho e exercício profissional	Existência de demanda da mídia e de outros atores para obtenção de informações confi- áveis e qualificadas sobre a área médica e da saúde.	Aproveitar
3	Ponto forte	I — Mercado de trabalho e exercício profissional	O CFM tem uma base de dados exclusiva, sólida e confiável sobre médicos e prestadores de serviços médicos.	Maximizar
3	Ponto forte	IV — Legislativo, políticas de saúde e sociedade	A imagem do CFM perante a sociedade é de credibilidade e segurança.	Maximizar
3	Ponto forte	IV — Legislativo, políticas de saúde e sociedade	O CFM tem atualmente grande influência político-institucional.	Maximizar

3	Ponto forte	V — Institucional e relação com os CRMs	A estrutura de governança voltada para a fiscalização no território nacional é eficaz e abrangente.	Maximizar
3	Ponto forte	V — Institucional e relação com os CRMs	Acesso e agilidade para tratar demandas e consultas da sociedade; o Atendimento do CFM é percebido como melhor e diferenciado em relação ao restante do Sistema Conselho de Medicina.	Maximizar
3	Ponto forte	V — Institucional e relação com os CRMs	Atuação forte, isenção no julgamento, aplicação de punições aos responsáveis e correções de procedimentos em relação ao ato médico.	Consolidar
3	Ponto forte	V — Institucional e relação com os CRMs	Atualmente o CFM é referência no fornecimento de informações qualificadas da área da saúde, despontando como principal fonte de informações sobre médicos e prestadores da área.	Maximizar
3	Ponto forte	V — Institucional e relação com os CRMs	Participação ativa do CFM em organismos internacionais para defesa dos interesses da classe médica brasileira.	Maximizar
3	Ponto fraco	V — Institucional e relação com os CRMs	A comunicação interna no CFM (na sede e no Sistema Conselhos de Medicina) ainda é precária em volume, canais e conteúdo; falhas na comunicação podem gerar baixa produtividade e piorar o clima entre pessoas.	Melhorar
3	Ponto fraco	V — Institucional e relação com os CRMs	Atualmente o fluxo de atividade no CFM gera e/ou utiliza papéis em excesso.	Melhorar
3	Ponto fraco	V — Institucional e relação com os CRMs	Instalações físicas (local de trabalho) do CFM inadequadas ao desempenho das funções.	Melhorar
3	Ponto fraco	V — Institucional e relação com os CRMs	O clima organizacional carece de atenção. Es- forços na melhoria do relacionamento entre áreas e entre líderes e liderados devem ser executados para melhorar a eficiência e a produtividade do CFM.	Melhorar
3	Ponto fraco	V — Institucional e relação com os CRMs	O <i>pool</i> de sistemas desenvolvidos pelo CFM e utilizados em todo o Sistema Conselhos de Medicina teve sua origem décadas atrás e necessita de atualização tecnológica.	Melhorar
3	Ponto fraco	V — Institucional e relação com os CRMs	O Sistema Conselhos de Medicina não está preparado para o aumento de demandas que será gerado pelo crescente número de médi- cos e prestadores de serviço da área médica.	Melhorar

3	Ponto fraco	V — Institucional e relação com os CRMs	O Sistema Conselhos de Medicina precisa melhorar a estrutura e a operacionalização das funções cartorial, de fiscalização, judi- cante e administrativa (financeira, tecnolo- gia da informação etc.).	Melhorar
3	Ponto fraco	V — Institucional e relação com os CRMs	Para se obter excelência na atuação do CFM, é necessário esforço contínuo de conscien- tização, promoção e capacitação pessoal nas atividades e sistemas utilizados. Maior atenção é necessária a esse esforço contí- nuo.	Melhorar
2	Oportuni- dade	IV — Legislativo, políticas de saúde e sociedade	Abertura e demanda do Poder Judiciário sobre normativas, resoluções, pareceres e notas técnicas elaboradas pelo Sistema Conselhos de Medicina.	Aproveitar
2	Oportuni- dade	V — Institucional e relação com os CRMs	Interesse de organismos internacionais em desenvolver parcerias e cooperações técnicas com o CFM.	Aproveitar
2	Ponto forte	I — Mercado de trabalho e exercício profissional	Conselheiros e membros de comissões e câmaras técnicas especialistas, renomados e com vasto conhecimento em diversos campos da medicina e saúde.	Consolidar
2	Ponto forte	II — Ensino médico e for- mação	Os eventos organizados pelo CFM são considerados de relevância, bem planejados e com boa visibilidade.	Maximizar
2	Ponto forte	III — Ética e bioética	Parcerias internacionais para a promoção da bioética.	Maximizar
2	Ponto forte	V — Institucional e relação com os CRMs	O desenvolvimento centralizado de sistemas próprios do CFM para apoio e integração do Sistema Conselhos de Medicina, além de melhorar a eficiência dos fluxos de atividades, também minimiza custos associados.	Consolidar
2	Ponto forte	V — Institucional e relação com os CRMs	O CFM tem diversas formas de apoiar e in- tegrar (treinamentos, capacitações, recursos financeiros, supervisão etc.) o Sistema Con- selhos de Medicina.	Maximizar
2	Ponto forte	V — Institucional e relação com os CRMs	O Portal Médico disponibiliza uma consolidação de informações e serviços ao médico.	Maximizar
2	Ponto forte	V — Institucional e relação com os CRMs	Profissionais (funcionários e assessores técnicos) com competências adequadas ao desempenho das funções do CFM.	Maximizar

2	Ponto forte	V — Institucional e relação com os CRMs	Recursos (insumos, infra de TI, hardware, software e sistemas próprios) adequados ao desempenho das funções do CFM.	Consolidar
2	Ponto fraco	V — Institucional e relação com os CRMs	Existência de funcionalidades deficientes e/ou faltantes no Portal Médico (ex.: FAQ).	Melhorar
2	Ponto fraco	V — Institucional e relação com os CRMs	O CFM precisa melhorar a acolhida de novos colaboradores (ex.: conselheiros, funcionários, estagiários etc.). A falta de conhecimento destes sobre as funções do CFM afeta o andamento dos trabalhos.	Melhorar
1	Ameaça	V — Institucional e relação com os CRMs	Na legislação brasileira ainda não existe uma definição do regime de trabalho dos profis- sionais (funcionários, assessores técnicos) dos Conselhos.	Proteger
1	Oportuni- dade	I — Mercado de trabalho e exercício profissional	A categoria profissional (médico), representada pelo CFM, é uma das profissões de maior prestígio no país.	Aproveitar
1	Oportuni- dade	I — Mercado de trabalho e exercício profissional	Aumento no número de médicos e prestado- res da área médica atuando no Brasil.	Aproveitar

## 4. DIREÇÃO

Os grandes navegadores sempre sabem onde fica o Norte. Sabem aonde querem ir e o que fazer para chegar a seu destino. Com as organizações acontece a mesma coisa: elas precisam ter visão. É isso que lhes permitirá administrar a continuidade e a mudança simultaneamente.



#### 4.1. Missão

Constitui a razão do CFM existir e exercer suas atividades, ou seja, é a tradução dos anseios de partes interessadas prioritárias em propósitos organizacionais. Em suma, a sentença da missão deve refletir a razão de ser da organização, a finalidade de sua existência para quem exerce suas atividades. De forma abrangente o CFM estabeleceu sua missão baseada na Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, art. 2º:

"O conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina são os órgãos supervisores da ética profissional em toda a República e ao mesmo tempo, julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente."

Assim, a missão do CFM foi definida como:

#### MISSÃO ORGANIZACIONAL

Promover o bem-estar da sociedade, disciplinando o exercício da medicina por meio de sua normatização, fiscalização, orientação, formação, valorização profissional e organização, diretamente ou por intermédio dos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), bem como assegurar, defender e promover o exercício legal da medicina, as boas práticas da profissão, o respeito e a dignidade da categoria, buscando proteger a sociedade de equívocos da assistência decorrentes da precarização do sistema de saúde.

#### 4.2. Visão de Futuro

É a tradução dos anseios de partes interessadas prioritárias em relação a posicionamentos futuros do CFM; ou seja, é a posição futura do CFM e a eficácia de suas ações em relação ao atendimento de anseios dos clientes de modo a:

"Ser reconhecido pelo que representa, pela posição que ocupa ou pelo papel que desempenha nos interesses das partes interessadas prioritárias"

#### VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido nacional e internacionalmente como uma instituição capaz de atuar com excelência pelo bom exercício ético e técnico no âmbito da prestação de serviços médicos, em atendimento às expectativas da sociedade, além de ser instrumento de valorização e defesa da dignidade profissional do médico, contribuindo para o debate em questões relacionadas à saúde e à medicina.

#### 4.3. Valores

Os valores constituem o conjunto de princípios que influenciam nas tomadas de decisão, comportamentos e ações em geral no órgão. Determinam a maneira como ocorre a gestão do CFM,

no que ela se apoia e baseia para tomar decisões e, segundo esses princípios, de que forma o colaborador pode lhe representar de modo adequado externamente.

Assim, os valores do CFM consistem em princípios que expressam o:

"Modo como o CFM se comporta e interage com a sociedade e demais partes interessadas."

	VALORES CORPORATIVOS
VALOR	DESCRIÇÃO
ÉTICA	Atuar com elevado padrão ético.
ALINHAMENTO	Ser leal aos objetivos institucionais.
COMPROMETIMENTO	Ter comprometimento com a justiça, a responsabilidade e a transparência.
INTEGRIDADE	Agir em obediência à legislação que disciplina a gestão pública.
EXCELÊNCIA	Prestar serviços de excelência.
APERFEIÇOAMENTO	Buscar aperfeiçoamento contínuo e com eficiência.



# 5.

### PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

O planejamento estratégico significa pensar a organização como um todo, de forma sistêmica em sua relação com os ambientes interno e externo ao CFM, sob uma perspectiva de futuro. É ver o todo antes das partes e criar uma visão de futuro e os meios para alcançá-la.

O planejamento estratégico institucional (PEI) constitui um dos mecanismos de governança do CFM, sendo utilizado pela alta administração do Conselho, representada pelo Pleno, Presidência e Reunião de Diretoria, como ferramenta de liderança e estratégia, e para monitoramento e controle dos indicadores e dos cenários estratégicos em que o CFM está inserido.

Já para a Unidade de Apoio Gerencial – UAG, representada pela COGEPE, o PEI é a fonte de informações que compõem os relatórios anuais para o TCU e trimestrais para a alta administração do CFM e atua como facilitador do gerenciamento de portfólios do CFM.

Para as Unidades de Gestão Setoriais, é um norteador para alinhamento das ações realizadas em cada unidade e ferramenta de apoio para monitoramento e controle dessas ações.

#### 5.1. Balanced Scorecard - BSC

Nessa forma de visualização, o alinhamento com o mapa estratégico é facilmente percebido. As mesmas perspectivas são compartilhadas entre o mapa e o BSC, permitindo, assim, dois tipos de correlação: a vertical e a horizontal. A primeira demonstra o nexo causal entre as perspectivas e, consequentemente, entre os objetivos. A segunda permite a correspondência entre objetivos, indicadores, metas, iniciativas e orçamentos.

#### 5.1.1. Perspectivas Estratégicas

As perspectivas estratégicas são eixos que organizam diferentes objetivos estratégicos, que têm desafios relacionados ao alcance da estratégia institucional. Além disso, a posição das perspectivas influencia positivamente o alcance dos desafios entre temas diferentes, indicando que objetivos mais específicos podem beneficiar os objetivos mais amplos no mapa estratégico.

Nesse ponto de vista, o CFM desenvolveu quatro perspectivas estratégicas, que comportam seus objetivos estratégicos de forma ordenada e sistêmica, contribuindo para o alcance da visão de futuro e constituindo os componentes do mapa estratégico do BSC. sendo:



#### 5.1.2. Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos (OE) são os objetivos-fim a serem perseguidos pelo CFM para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro.

#### São definidos como:

- Declaração das ações que esclarecem como implementar a estratégia.
- Um conjunto correlacionado de prioridades que norteiam as iniciativas estratégicas para o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro do CFM.

Como boa prática, declarações de objetivos estratégicos foram criadas, definindo: ação, resultado e descrição (ou verbo + substantivo + adjetivo).

		OBJETIVOS	ESTRATÉGICOS		
PERSPECTIVA	OB	OBJETIVO	DESCRIÇÃO		
BENEFÍCIOS	1	Zelar pelo prestígio e bom conceito da profis- são médica	Trabalhar por todos os meios ao seu alcance pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.		
ESPERADOS	Manter o nível de respei- 2 to institucional alcança- do perante a sociedade		Ser reconhecido como íntegro, valoroso e indispensável ator social.		
	3	Continuar a sistematização e a padronização da fiscalização	Definir padrões e roteiros, conscientizar e treinar envolvidos, implantar e supervisionar a implantação das rotinas de fiscalização em todo o território nacional.		
PROCESSOS FINALÍSTICOS	aa corcia jaarcanice		Melhorar o sistema de controle processual e de serviços, implantar o tribunal de ética eletrônico (reduzir burocracia e excesso de papel) e melhorar a atuação dos CRMs na esfera judicante para facilitar o acesso e dar celeridade no atendimento e conclusão da ação judicante.		
	5	Buscar o permanente aperfeiçoamento das normas no Sistema Con- selhos de Medicina	Buscar a permanente competência para criação e aplica- ção de normas no Sistema Conselhos de Medicina. Obter rápido posicionamento de conformidade sobre questões normativas atuais e facilitar o alinhamento e uniformida- de de atuação em todo o Sistema Conselhos de Medicina.		

	6	Garantir a eficiência no atendimento cartorial à classe médica	Atuar com eficiência e eficácia nos serviços prestados à classe médica (previstos nos manuais de procedimentos administrativos — PF e PJ).
	7	Zelar juridicamente pelo padrão ético das ações internas e externas do CFM	Representar o CFM em ações judiciais, fornecer apoio jurídico ao Sistema Conselhos de Medicina nas consultas técnicas e com emissão de pareceres jurídicos.
	8	Manter a excelência no desempenho de suas funções	Adequar os ativos, processos, funções e instalações físicas do CFM para atender à crescente demanda da classe médica e da sociedade.
FUNÇÕES	9	Manter atuação competente em comunicação	Utilizar a comunicação como ferramenta de responsabilidade social e como elo de integração e motivação interna no Sistema Conselhos de Medicina.
CENTRAIS	10	Buscar o mesmo nível de excelência em todo o Sistema Conselhos de Medicina	Fomentar e impulsionar a melhoria de atuação dos CRMs para alcançar um nível uniforme de excelência de desempenho de funções centrais em todo o Sistema Conselhos de Medicina.
	11	Fortalecer o posiciona- mento do CFM frente às políticas de saúde, for- mação e competência continuada dos médicos	Direcionar a atuação político-institucional do CFM para melhor contribuir com a definição e aplicação de políticas de saúde (envolvendo condições de trabalho do profissional), bem como para melhorar a qualidade dos egressos e do aperfeiçoamento contínuo do exercício profissional.
	12	Garantir a sustentabi- lidade orçamentária e financeira do Sistema Conselhos de Medicina	Equilibrar as contas e fomentar as atividades do CFM com boas práticas de gestão orçamentária e financeira, garantindo eficiência e transparência, bem como realizar controle dos repasses financeiros aos CRMs.
	13	Incentivar a eficiência tecnológica e adequar instalações físicas	Preparar e adequar espaço físico, quadro de funcionários e tecnologia para a crescente demanda da classe médica e da sociedade.
ATIVOS CRÍTICOS	14	Atentar-se e fazer uso de novas tecnologias nos processos do Sistema Conselhos de Medicina	Obter rápido posicionamento às novas tecnologias desenvolvidas no mercado, alinhar e fazer uso dessas tecnologias e facilitar a implementação buscando a uniformidade de atuação em todo o Sistema Conselhos de Medicina.
	15	Buscar a permanente motivação, remunera- ção, competência da equipe e manutenção de pessoal	Esforço contínuo na manutenção de funcionários, manutenção da folha de pagamentos e ante a orientação, conscientização, desenvolvimento e bom clima organizacional envolvendo conselheiros, funcionários e assessores técnicos do Sistema Conselhos de Medicina em busca da excelência no desempenho das atividades finalísticas do CFM.

#### 5.1.3. Mapa Estratégico

Introduziram-se, neste modelo de gestão, práticas para organizar as definições estratégicas de forma a facilitar a interpretação e ilustrar o relacionamento entre elas. Uma dessas práticas segmenta uma visão sistêmica, em perspectivas focadas, e estabelece a relação de causa e efeito existente entre elas. Em suma, a referida prática ilustra o "nexo causal" entre as definições estratégicas por representá-las segmentadas em diferentes perspectivas. Com o "nexo causal" bem construído, consegue-se perceber o efeito de qualquer objetivo estratégico na missão corporativa e/ou na visão de futuro.

As informações e decisões tomadas sobre a visão de futuro e os objetivos estratégicos foram sintetizadas e integradas de forma visual no mapa estratégico.

			MAPA ESTRATÉGICO			
VISÃO DE FUTURO	Ser reconhecido n nico no âmbito da rização e defesa d	acional e internacional i prestação de serviços la dignidade profission	Ser reconhecido nacional e internacionalmente como uma instituição capaz de atuar com excelência pelo bom exercício ético e téc- nico no âmbito da prestação de serviços médicos, em atendimento às expectativas da sociedade, além de ser instrumento de valo- rização e defesa da dignidade profissional do médico, contribuindo para o debate em questões relacionadas à saúde e à medicina.	tuição capaz de atuar co nto às expectativas da : ndo para o debate em :	om excelência pelo bom sociedade, além de ser questões relacionadas à	exercício ético e téc- instrumento de valo- s saúde e à medicina.
BENEFÍCIOS ESPERADOS	Zelar pelo prestígio e bom conceito da profissão médica				2. Manter o nível de respeito institucional alcançado na socie- dade	
PROCESSOS FINALÍSTICOS		3. Continuar a sistema- tização e a padroniza- ção da fiscalização	4. Aprimorar os trabalhos da esfera judicante	5. Buscar o permanen- te aperfeiçoamento da utilização das normas do sistema Conselhos de Medicina	6. Garantir a eficiência no atendimento carto- rial à classe médica	
FUNÇÕES CENTRAIS	7. Zelar juridi- camente pelo padrão ético das ações internas e externas do CFM		8. Manter a excelência no desempenho de suas funções	9. Manter atuação competente em comunicação	10. Buscar o mesmo nível de excelência em todo o sistema Conse- lhos de Medicina	11. Fortalecer o posi- cionamento do CFM diante das políticas de saúde, formação e com- petência continuada
ATIVOS CRÍTICOS		12. Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema Conselhos de Medicina	13. Incentivar a efi- ciência tecnológica e adequar instalações físicas		14. Atentar-se e fazer uso de novas tecnolo- gias nos processos do Sistema Conselhos de Medicina	15. Buscar permanen- te motivação, remune- ração, competência da equipe e manutenção de pessoal
VALORES CORPORATIVOS	ÉTICA	ALINHAMENTO	COMPROMETIMENTO	INTEGRIDADE	EXCELÊNCIA	APERFEIÇOAMENTO

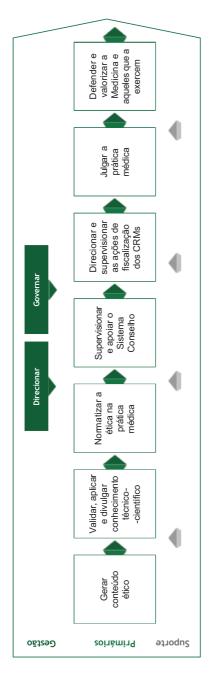
A partir dos valores corporativos, foram estabelecidas as prioridades ante os ativos da organização. Assim, qualquer objetivo alcançado em termos de competências, pessoas, infraestruturas, tecnologias, marcas, metodologias, entre outros ativos, irá colaborar para a melhoria de resultados em processos. Além disso, o alcance de uma meta de processos primária auxilia na caracterização das funções da empresa, as quais estão alinhadas com as motivações das partes interessadas. Qualquer sucesso nas funções é fundamental para se alcançar benefícios esperados pelas partes interessadas prioritárias. Com essa sintonia, criada desde a arquitetura organizacional, e com a manutenção de alinhamento até o mapa estratégico, pressupõe-se que qualquer meta atingida, ligada a um objetivo estratégico, contribuirá para se chegar à situação desejada – observada na visão de futuro –, dentro daquilo que a organização entender ser seu propósito, sua razão de ser, sua missão organizacional.

#### 5.1.4. Alinhamento Estratégico

Os métodos utilizados permitem o alinhamento entre planejamento estratégico (mapa estratégico), desenho institucional (arquitetura funcional) e modelagem de processos (arquitetura de processos).

	Promover o bem-estar da sociedade, disciplinando o exerácio da medicina por meio de sua normatização, fiscalização, orientação, formação, valorização profissional e organização, diretamente ou por intermédio dos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), bem como assegurar, defender e promover o exerácio legal da medicina, as boas práticas da profissão, o respeito e a dignidade da categoria, buscando proteger a sociedade de equívocos da assistência de correntes da precarização do sistema de saúde.	sa -e	de-dantes de medartes de medicina		re e
	·meio de sua normatiza nédio dos Conselhos Re boas práticas da profiss ecorrentes da precariza	Associações médicas nacionais e interna- cionais	Cooperação com os de- mais órgãos públicos		Defender e valorizar a medicina e quem a exerce
ARQUITETURA FUNCIONAL	o o exercício da medicina por , diretamente ou por interr rcício legal da medicina , as equívocos da assistência d	Entidades de regu- lação e fiscalização profissionais do exterior	Organismos interna- cionais	Supervisão e integra- ção do sistema Conse- lhos de Medicina	Político-institucional
ARQUITETUR	Promover o bem-estar da sociedade, disciplinando o exerácio da medicina por meio de sua normatização, fiscalização, orientação formação, valorização profissional e organização, diretamente ou por intermédio dos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs bem como assegurar, defender e promover o exercício legal da medicina , as boas práticas da profissão, o respeito e a dignidac da categoria, buscando proteger a sociedade de equívocos da assistência de correntes da precarização do sistema de saúde.	Sistema Conselhos de Medicina	Prestadores de serviço médico (públicos e privados)	Judicante	Normatização
	Promover o bem-esta formação, valorizaçã bem como assegurar da categoria, buscan	Sociedade	Classe médica	Cartorial	Fiscalização
	MISSÃO ORGANIZACIONAL	PARTES INTERESSADAS	PRIORITÁRIAS E ESPECIAIS		PROCESSOS FINALIS IICOS

			MAPA ESTRATÉGICO	0)		
VISÃO DE FUTURO	Ser reconhecido na no âmbito da pres defesa da dignida	acional e internacional tação de serviços médi de profissional do méd	mente como uma instil cos, em atendimento à ico, contribuindo para	Ser reconhecido nacional e internacionalmente como uma instituição capaz de atuar com excelência pelo bom exercício éi no âmbito da prestação de serviços médicos, em atendimento às expectativas da sociedade, além de ser instrumento de v defesa da dignidade profissional do médico, contribuindo para o debate em questões relacionadas à saúde e à medicina.	m excelência pelo bom lade, além de ser instru elacionadas à saúde e à	Ser reconhecido nacional e internacionalmente como uma instituição capaz de atuar com excelência pelo bom exercício ético e técnico no âmbito da prestação de serviços médicos, em atendimento às expectativas da sociedade, além de ser instrumento de valorização e defesa da dignidade profissional do médico, contribuindo para o debate em questões relacionadas à saúde e à medicina.
BENEFÍCIOS ESPERADOS	Zelar pelo     prestígio e bom     conceito da     profissão médica				2. Manter o nível de respeito institucional alcançado na sociedade	
PROCESSOS FINALÍSTICOS		3. Continuar a sistematização e a padronização da fiscalização	4. Aprimorar os trabalhos da esfera judicante	5. Buscar o permanente aperfeiçoamento da utilização das normas do sistema Conselhos de Medicina	6. Garantir a eficiência no atendimento cartorial à classe médica	
FUNÇÕES CENTRAIS	7. Zelar juridicamente pelo padrão ético das ações internas e externas do CFM		8. Manter a excelência no desempenho de suas funções	9. Manter atuação competente em comunicação	10. Buscar o mesmo nível de excelência em todo o sistema Conselhos de Medicina	11. Fortalecer o posicionamento do CFM diante das políticas de saúde, formação e competência continuada
ATIVOS CRÍTICOS		12. Garantir a sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema Conselhos de Medicina	13. Incentivar a eficiência tecnológica e adequar instalações físicas		14. Atentar-se e fazer uso de novas tecnologias nos processos do Sistema Conselhos de Medicina	15. Buscar permanente motivação, remuneração, competência da equipe e manutenção de pessoal
VALORES CORPORATIVOS	ÉTICA	ALINHAMENTO	COMPROMETIMENTO	INTEGRIDADE	EXCELÊNCIA	APERFEIÇOAMENTO



**Obs.**: Com a evolução da modelagem de processos, algumas informações podem ser atualizadas, porém o método assegura o contínuo alinhamento.

pelo mapa estratégico – da situação futura desejada, planejou-se "como" alcançaremos nossos objetivos Com o estabelecimento da identidade, o diagnóstico da situação atual e o desígnio e comunicação – estratégicos. Uma ferramenta bastante utilizada para o estabelecimento do plano e controle de andamento é o BSC.

\* **Obs.:** Por ser uma síntese, o BSC foi desdobrado em planos.

# 5.1.5. Indicadores

	INDICA	INDICADORES ESTRATÉGICOS	SO		DETALHAMENTO	2	
PERSPECTIVA	0bj	OBJETIVO	INDICADORES	NÍVEL	DESCRIÇÃO	SIGLA	FÓRMULA
	-	Zelar pelo prestí- gio e bom con- ceito da profissão médica	Ranking profis- sional	estratégico	Posição (º) em ranking nacional apurado em pesquisa de opinião sobre o prestígio das pro- fissões perante a sociedade brasileira	R°	Rº = posição no ranking
BENEFÍCIOS			Exposição na mídia	estratégico	Percentual de citações positivas e neutras ao CFM na mídia nacional em relação ao total de citações (controle de citações trimestral)	Mid+	Mid+= 100 x (citações positivas e neutras / total de citações)
ESPERADOS	2	Manter o nível de respeito institu- cional alcançado	Seguidores	tático	Aumento percentual anual do número de seguidores do CFM em redes sociais	Segui	Segui = 100 x (número de seguidores atual / número de seguidores do ano anterior)
		junto a sociedade	Ações sociais	tático	Taxa de citações por ação social; total de cita- ções em temas de ação social conduzida pelo CFM dentro do total de citações positivas do CFM no período	Sociais	Sociais = (citações em temas de ação social do CFM / número de citações positivas do CFM)
PROCESSOS	•	Continuar a sistematização e	Programa Na- cional de Fiscali- zação	estratégico	Indicação do tipo de fiscalização nacional a ser realizada; indica o total de estabelecimen- tos a serem fiscalizados, o tipo indicado, no território nacional no ano	FiscBR	FiscBR = número de estabeleci- mentos (tipo de fiscalização) a serem fiscalizados
FINALÍSTICOS	1	a padronização da fiscalização	Taxa de roteiros (Resolução 2.153/2016)	tático	Percentual de CRMs com sistemas de fiscalização implantados (roteiro da Resolução 2.153/2016) em relação ao total de CRMs existentes	Tx2153	Tx2153 = 100 x (quantidade de sistemas de fiscalização implantados – roteiro 2.153 / total de CRMs existentes)

Orçamento nacional para fiscalização	tático	planejado para a fiscalização; percentual nacional do orçamento realizado em relação à previsão de recursos financeiros destinados a fiscalização	TxFisc	ixrisc = 100 x (orgamento nacto- nal para fiscalização realizado / orgamento nacional previsto para fiscalização)
Orçamento para fiscalização por CRM	tático	Taxa regional de execução do orçamento planejado para a fiscalização; percentual do orçamento realizado em relação à previsão de recursos financeiros destinados a fiscalização por CRM	FiscCRM	FiscCRM = 100 x (orçamento do CRM para fiscalização realizado / orçamento do CRM previsto para fiscalização)
Roteiros elabora- dos por ano	tático	Serão priorizados quatro roteiros: UPA, Unidades Móveis, 2 Hospitais Especializados	Roteiros	Roteiros = número de roteiros a serem elaborados no ano
RPEPs e outros em trâmite	estratégico	Taxa de evolução de RPEP em trâmite e outros (ex.: interdição cautelar, processo administrativo por doença incapacitante etc.); percentual de evolução (redução ou aumento) de RPEPs em relação ao ano anterior	%RPEP_T	%RPEP_T = 100 – [100 x (nú- mero de RPEPs em trâmite atual / número de RPEPs em trâmite do ano anterior)]
RSs em trâmite	estratégico	Taxa de evolução de RS em trâmite; percentual de evolução (redução ou aumento) de RSs em relação ao ano anterior	%RS_T	%RS_T = 100 - [100 x (número de RSs em trâmite atual / número de RSs em trâmite do ano anterior)]
Produtividade dos conselheiros	tático	Índice de produtividade média anual dos conselheiros; percentual de relatórios concluídos em relação ao total de processos designados ao conselheiro no período de um ano	Pr_Cons	Pr_Cons = 100 x (relatórios concluídos / total de processos designados)

	RPEPs julgados em pleno RPEPs in landos	tático	Quantidade mensal de RPEPs julgados em pleno; quantidade de recursos de processo ético profissional julgados em pleno por mês Quantidade mensal de RPEPs julgados em câmaras: quantidade de recursos de pro-	RPEP_P	RPEP_P = número de RPEPs julgados em pleno no mês RPEP_C = número de RPEPs
'	em câmara em câmara RSs julgados em câmara	tático tático	canadas, quantidade de recursos de pro- cesso ético profissional julgados em câmara por mês Quantidade trimestral de RSs julgados em câ- maras, quantidade de recursos de sindicância julgados em câmara nor trimestre	RPEP_C	julgados em câmara no mês  RS_C = número de RSs julgados em câmara no trimestre
	Tempo médio (RPEP)	tático	Tempo decorrido desde a abertura, passando por assessoria jurídica, conselheiro relator, julgamento até a publicação em Diário Oficial; considera o tempo médio de todos os recursos de processos ético-profissionais do período	TM_ RPEP	TM_RPEP = 100 x (somatório de tempos de todos os RPEPs / total de RPEPs)
	Taxa de duração de prescritos	tático	Relação entre a duração total que o processo prescrito ficou sob responsabilidade do CFM e o prazo médio de julgamento no CFM	%PPresc	%PPresc = 100 x (duração total do prescrito no CFM / prazo médio de julgamento de processos no CFM)
	Tempo médio (RS)	tático	Tempo decorrido desde a abertura, passando por assessoria jurídica, conselheiro relator, julgamento até a publicação em Diário Oficial; considera o tempo médio de todos os recursos de processos de sindicância do período	TM_RS	TM_RS = 100 x (somatório de tempos de todos os RSs / total de RSs)

$R_Direta = 100 x (respostas diretas / total de consultas)$	Aprec_PC = 100 x (consultas apreciadas em plenário / total de processos de consulta instaurados)	TM_PC =100x (somatório de tempos de todos os processos de consulta / total de processos de consulta)	Construir indicador	Resol = 100 x (resoluções aprovadas / total de processos de resolução instaurados)	Recom = 100 x (recomendações aprovadas / total de processos de recomendação instaurados)	TrabCTéc = (número de reuniões / total de comissões e câmaras técnicas)		
R_Direta	Aprec_ PC	TM_PC	QTéc	Resol	Recom	TrabCTéc		
Percentual de respostas diretas dadas às consultas realizadas em relação ao total de consultas realizadas no período	Percentual de consultas apreciadas em ple- nário em relação ao total de processos de consulta instaurados no período	Tempo decorrido desde a abertura, passando por assessoria jurídica, conselheiro relator, julgamento, até a publicação em Diário Oficial; considera o tempo médio de todos os processos de consulta do período	Total de conteúdo técnico (documentos) gerado destinado aos demais setores do CFM (ex.: DEPCO; COJUR; PRESI) como suporte ao longo do período	Percentual de resoluções aprovadas em relação ao total de processos de resolução instaurados no período	Total de recomendações aprovadas em relação ao total de processos de recomendação instaurados no período	Taxa média de reuniões de comissões e câmaras técnicas; total anual de reuniões realizadas dividido pelo total de comissões e câmaras técnicas existentes no período		
tático	8 8							
Taxa de resposta direta	Taxa de resposta direta Taxa de apreciação (processo consulta) Tempo médio (processo consulta) Sulta) Contribuição técnica qualificada Geração de resoluções Geração de recomendações Geração de recomendações							
Buscar o permanente aperfeiçoamento das normas no Sistema Conse- Ihos de Medicina								
			ν.					

DCart = 100 x (número de serviços cartoriais disponíveis na internet / total de serviços cartoriais ofertados)	UCart = 100 x (quantidade nacional de atendimentos cartoriais realizados pela internet / total nacional de atendimentos cartoriais realizados)	TXImpl = 100 x (quantidade de sistemas implantados / total de CRMs existentes)	s Construir indicador	e Construir indicador	IDJ = 100 x (decisões judiciais transitadas em julgado favoráveis ao CFM / total de decisões judiciais transitadas em julgado)
DCart	UCart	TxImpl	SC_Pres	SC_inte	<u> </u>
Taxa de disponibilidade de serviços cartoriais na internet; percentual de serviços cartoriais disponibilizados na internet nas regionais em relação ao total de serviços cartoriais existentes	Taxa de utilização (atendimento) de serviços cartoriais pela internet; percentual nacional de atendimentos cartoriais realizados pela internet em relação ao total de atendimentos cartoriais realizados	Taxa de implantação do sistema nacional de avaliação de satisfação; percentual de CRMs com o sistema de avaliação implantado em relação ao total de CRMs existente	Índice de satisfação do usuário com os servi- ços presenciais cartoriais medidos através do sistema nacional de avaliação da satisfação	Índice de satisfação do usuário de internet com os serviços cartoriais	Índice das decisões judiciais com respaldo às decisões do CFM; percentual de decisões judiciais transitadas em julgado e favoráveis ao CFM
tático	estratégico	tático	tático	tático	estratégico
Disponibilidade cartorial em meio eletrônico	Utilização car- torial em meio eletrônico	Implantação da avaliação de satisfação cartorial	Satisfação do atendimento car- torial presencial	Satisfação do atendimento cartorial em meio eletrônico	Corroboração do Judiciário
	Zelar juridi- camente pelo padrão ético das ações internas e externas do CFM				
		9			7
					FUNÇÕES CENTRAIS

PPresc = 100 x (quantidade de processos prescritos / quantidade de processos instaurados)	IAdm=100 x (execução efetiva dos projetos / execução prevista no período)	IGed = 100 x (execução efetiva dos processos / execução prevista no período)	Con = 100 x (execução efetiva das licitações / total de licitações aprovadas no período)	Ade_de adesões atual / número de adesões no ano anterior)	Visit = número de visitantes anuais ao site do CFM	a Clas_revi = classificação da revista conferida pela Capes	SatiConstruir indicador
Percentual de processos em 2ª instância pres- critos no CFM em relação ao total de processos instaurados no período	Percentual de execução dos projetos adminis- trativos pelo planejamento anual	Percentual de execução dos projetos de sistematização e padronização dos processos executados no Sistema Conselhos de Medicina em relação ao planejamento anual	Percentual de execução das licitações aprovadas	Evolução do número de adesões ao jornal <i>Medicina</i>	Número de visitantes ao site do CFM	Classificação de relevância nacional obtida pela revista <i>Bioética</i> conferida por entidades especializadas	Percentual de leitores satisfeitos como jomal
estratégico	estratégico	estratégico	tático	estratégico	tático	estratégico	tático
Índice de proces- sos prescritos	Índice de melho- rias administrati- vas internas nas instalações físicas e de materiais	Padronização em gestão documen- tal e arquivo	Índice de contra- tações	Adesões ao jomal <i>Medicina</i>	Visitantes ao <i>site</i> do CFM	Classificação na- cional da revista <i>Bioética</i>	Satisfação do leitor do jornal
	Manter a exce-	lência no desem- penho de suas funções		Manter atuacão	competente em comunicação		
	ω ο						

	Regularidade da revista <i>Bioética</i>	tático	Periodicidade de emissão da revista	Per_revi	Per_revi = quantidade de edições da revista <i>Bioética</i> no ano
	Regularidade do jornal <i>Medicina</i>	tático	Periodicidade de emissão do jornal	Per_jorn	Per_jorn = quantidade de edi- ções do jornal <i>Medicina</i> no ano
	Pontuação da revista <i>Bioética</i>	estratégico	Pontuação obtida pela revista <i>Bioética</i> em meio eletrônico	Pont_ revi	Pont_revi = pontuação da revista conferida pela SciELO
	Tiragem da revista <i>Bioética</i>	tático	Tiragem da revista realizado <i>Bioética</i> por edição	Tirag_ rev	Tirag_rev = número de cópias físicas emitidas por edição
	Classificação internacional da revista <i>Bioética</i>	estratégico	Classificação de relevância internacional obtida pela revista <i>Bioética</i> conferida por clas_revientidades especializadas	Clas_revi	Clas_revi = classificação da revista conferida por entidade internacional
	Taxa de realiza- ção de auditorias com relação ao planejado	tático	Percentual de auditorias (SECIN; SEGER; CO- PRO; DEPCO; DEFIS) realizadas em relação ao total de auditorias planejadas para o período; inclui itens de transparência	Audit	Audit = 100 x (auditorias realizadas / total de auditorias planejadas para o período)
Buscar o mesmo nível de exce- lência em todo o	Índice de con- formidade dos CRMs	estratégico	Índice de respostas positivas às avaliações auditoriais do CFM nos CRMs; percentual de itens "em conformidade" em relação ao total de itens auditados no período	Conform	Construir indicador
Sistema Conse- Ihos de Medicina	Auditoria proces- sual (correições) em CRMs	estratégico	Percentual de auditorias processuais (correições) realizadas em relação ao total de auditorias pro- cessuais (correições) planejadas para o período	Correi	Correi = 100 x (visitas de correições realizadas / total de visitas de correições planejadas para o período)
	Recursos fiscali- zados	tático	Índice do volume de recursos fiscalizados; relação entre o somatório de recursos fiscalizados e o total orgamentário dos CRMs fiscalizados	Rec_Fisc	Rec_Fisc = 100 x (somatório dos valores financeiros fiscalizados / somatório dos orçamentos dos CRMs fiscalizados)

lhoria da atuação do GRM auditado. O acréscimo deste indice, num determinado período, revela que a ação do controle contribuiu para que o GRM atingisseum melhor nível deeficiência em seus trabalhos. O índice "Melhor" corresponde ao percentual anual do grau de atendimento das recomendações propostas no ano anterior.	Percentual de execução dos projetos de siste- matização e padronização dos processos exe- cutados no Sistema Conselhos de Medicina em relação ao planejamento anual	Taxa nacional de execução do orçamento pla- nejado para educação continuada; percentual nacional do orçamento realizado em relação à previsão de recursos financeiros destinados a educação continuada  TXE du nacional realizado da educação continu- educação continuada	Taxa de contribuição da gestão plurianual em políticas de saúde, percentual de aceite em relação ao total de documentos elaborados e encaminhados aos órgãos competentes (Legislativo e Executivo) pelo CFM com recomendações em políticas de saúde ao longo de toda a gestão plurianual
Identifica a contribuição pelo controle na me- lhoria da atuação do CRM auditado. O acréscimo deste índice, num determinado período, revela que a ação do controle contribuiu para que o CRM atingisse um melhor nível de eficiência em seus trabalhos. O índice "Melhor" corresponde ao percentual anual do grau de atendimento das recomendações propostas no ano corrente dividido pelo grau de atendimento das reco- mendações propostas no ano anterior.	Percentual de execução dos projetos de sistematização e padronização dos processos executados no Sistema Conselhos de Medicina em relação ao planejamento anual	Taxa nacional de execuç nejado para educação co nacional do orçamento previsão de recursos fin educação continuada	Taxa de contribuição da gesti políticas de saúde; percentu relação ao total de docume e encaminhados aos órgãa (Legislativo e Executivo) pel mendações em políticas de de toda a gestão plurianual
tático	estratégico	tático	estratégico
Índice de melho- rias obtidas	Padronização do Sistema CFM/ CRMs	Orçamento nacional para educação conti- nuada	Contribuição em políticas de saúde
			Fortalecer o posicionamento do CFM frente às políticas de saúde, formação e competência continuada dos médicos
			11

PartPS = número de eventos sobre política de saúde por ano	SAEME = n° de escolas avaliadas no ano / n° de escolas planejadas para serem avaliadas no exercício	EduCRM = 100 x (orçamento do CRM realizado para educação continuada / orçamento do CRM previsto para educação continuada)	Internac = 100 x (quantidade de entidades internacionais em que o CFM ocupa posições de gestão / total de entidades internacionais das quais o CFM é membro)	Efet_R\$ = 100 x (recursos financeiros utilizados /(total de recursos financeiros orçados para o período)	Superavit = receita - despesas do período + saldo acumulado de períodos anteriores	CTECH = capacitações em TI realizadas / planejamento anual de capacitação em TI
PartPS	SAEME	EduCRM	Internac	Efet_R\$	Supera- vit	CTECH
Número de eventos/reuniões conduzidos ou com participação do CFM sobre políticas de saúde por ano	Quantidade de escolas avaliadas no ano pelo projeto SAEME	Taxa regional de execução do orçamento planejado para educação continuada; percentual do orçamento realizado em relação à previsão de recursos financeiros destinados a educação continuada por CRM	Percentual de participação do CFM em cargos de gestão em relação ao total das entidades das quais é membro	Percentual de utilização dos recursos finan- ceiros em relação ao total orçado para o CFM no ano	É o superávit financeiro medido entre as receitas e despesas realizadas no período somadas ao acumulado de períodos anteriores	Índice de capacidade instalada (infra, pessoas, competências) da TI para o desenvolvimento de projetos estratégicos
tático	estratégico	tático	estratégico	tático	estratégico	estratégico
Participação em eventos de políti- cas de saúde	Números de escolas médicas avaliadas no ano	Taxa de execução do orçamento planejado para educação continu- ada por regional	Participação do CFM na gestão de entidades inter- nacionais	Efetividade orçamentária	Reserva estra- tégica	Capacidade técnica
				Garantir a sus- tentabilidade orçamentária e	financeira do Sis- tema Conselhos de Medicina	Incentivar a efici- ência tecnológica e adequar instala- ções físicas
				;	<u> </u>	13
					ATIVOS CRÍTICOS	

Grau de atendi- mento	tático	Determina o grau de atendimento das reco- mendações propostas, levando-se em conta as diferentes repostas obtidas como solução: rejeitada, ignorada, encaminhada, acatada e em implementação, acatada mas não imple- mentada, acatada e implementada	Grau	Grau = [(acatada e implementada x2,5) + (acatada mas não implementada x 2,0) + (acatada e em implementação x 1,5) + (encaminhada x 1,0) + (ignorada x 0,5) + (rejeitada x 0,0)] / soma das recomendações
Disponibilidade do ambiente de TI	estratégico	Percentual do tempo em que o ambiente de estratégico Ti fica disponível ao CFM em relação ao tempo total do período	ILQ%	%DTI = 100 x (quantidade de horas que o ambiente de TI permaneceu disponível / total de horas do período)
Ocupação funcio- nal da equipe	tático	Mede a taxa de ocupação da força de trabalho com o intuito de identificar se o tamanho do quadro de funcionários está adequado; quantidade média de protocolos atendidos no GM em relação ao total de funcionáriose assessores	0Equip	OEquip = total de protocolos abertos no período / total de funcionários e assessore)
Ocupação da sede (ambientes de trabalho)	estratégico	Taxa de ocupação do CFM com o intuito de identificar se o tamanho da sede está adequado; percentual de ocupação em relação à capacidade (lotação) máxima da sede	0ATrab	OATrab = 100 x (total de conselheiros, funcionários e assessores / somatório das capacidades máximas estimadas para cada ambiente de trabalho)
Índice de execu- ção de projetos de TI	tático	Percentual da quantidade de projetos de TI concluídos no período em relação ao total de projetos de TI que estavam previstos de serem concluídos no período	ProjTl	ProjTl = total de projetos que foram concluídos no período / (total de projetos que estavam previstos de serem concluídos no período

OAEven = 100 x (média de partid- pantes em eventos por ambiente na sede x quantidade anual de eventos por ambiente na sede) / (somatório das capacidades máximas estima- das para cada ambiente de evento x 12 meses x 21 dias úteis por mês)	%INT = execução efetiva / execução prevista no período	Desemp = somatório das notas de desempenho / total de funcio- nários e assessores	Clima = 100 * (número de funcionários e assessores satisfeitos / total de funcionários e assessores)	Treina = somatório de horas em treinamento ou capacitação realizada por funcionários e assessores ao longo do ano	Escola = 100 * (quantidade de funcionários e assessores com nível superior / total de funcionários e assessores)
OAEven	INI	Desemp	Clima	Treina	Escola
Taxa de ocupação do CFM com o intuito de identificar se o tamanho da sede está adequado; percentual de ocupação em relação à capacidade (lotação) máxima da sede	Percentual de implementação das novas tec- nologias no período estipulado pela comissão competente	Média geral do desempenho funcional do CFM	Percentual de funcionários e assessores satisfeitos, apurado em pesquisa de clima, em relação ao total de funcionários e assessores entrevistados	Homem/hora de treinamento anual	Percentual de funcionários e assessores com nível superior em relação ao quadro total de funcionários e assessores
estratégico	estratégico	estratégico	estratégico	tático	tático
Ocupação da sede (ambientes de eventos)	Desenvolvimento de novas tecnologias emergentes nos campos da medicina e de gestão do CFM	Desempenho funcional do CFM	Taxa de satisfação interna	Carga de treina- mento anual	Escolaridade (nível superior)
	Atentar-se e Desenvolvimer fazer uso de novas tecno tecnologias nos gias emergent processos do nos campos da Sistema Conselhos medicina e de de Medicina gestão do CFM		Buscar perma- nente motivação,	remuneração, competência da equipe e manu- tenção de pessoal	
	14			15	

#### 5.1.6. Iniciativas

As iniciativas estratégicas são o conjunto de ações (projetos, processos ou demandas pontuais) a serem implementadas para assegurar o alcance dos objetivos estabelecidos no mapa estratégico. As iniciativas também foram alinhadas às perspectivas estratégicas. Planos de ação detalhados foram empregados pelo escritório diretivo como ferramenta de controle interno para facilitar o gerenciamento de portfólios do CFM. Os portfólios de iniciativas produzidos na formulação deste planejamento nortearão o CFM na implementação do PEI 2024-2029, e não estão isentos de sofrer modificações em razão das atividades de governança de ciclo do PEI.

# INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

#### 11.01 – SESSÕES PLENÁRIAS

- 01 REUNIÕES DA PLENÁRIA: EFETIVO
- 03 REUNIÕES DA PLENÁRIA: JULGAMENTOS

#### 31.01 - DECOR

- 01 VISITAS AOS CRMs: REALIZAÇÃO DE CORREIÇÃO
- 02 ENCONTRO DE CORREGEDORES, FUNCIONÁRIOS E ASSESSORES JURÍDICOS
- 03 PUBLICAÇÃO DE EDITAL
- 04 ATIVIDADES DA CORREGEDORIA
- 05 DIGITALIZAÇÃO
- 06 TRIBUNAL ELETRÔNICO

#### 31.02 - COJUR

- 01 LEITURA DE DIÁRIOS E ASSINATURAS DO D.O.U.
- 02 SUCUMBÊNCIAS, AÇÕES JUDICIAIS E EMOLUMENTOS
- 03 ANUIDADES DA OAB
- 04 TAXAS E SERVIÇOS DE CÓPIAS PROCESSUAIS
- 05 APOIO JURÍDICO AOS CRMs E ATIVIDADES JUDICANTES DO CFM

#### 31.03 – GABIN – PRESIDÊNCIA / DIRETORIA

- 01 ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: PRESIDÊNCIA
- 07 REALIZAÇÃO DE EVENTOS
- 08 REPRESENTAÇÃO EM REUNIÕES/EVENTOS NACIONAIS
- 09 VISITA DA DIRETORIA AOS REGIONAIS

- 10 REUNIÕES DA DIRETORIA
- 12 ASSINATURA DE LAG LISTA DE AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS

#### 31.04 - SECOT - CONTROLADORIA

- 01 REUNIÕES DA CONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA
- 02 AUDITORIA EXTERNA

# 31.05 – SERIATC – SETOR DE RESOLUÇÕES INTERNACIONAIS, ACREDITAÇÃO E INTERCÂMBIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

- 01 ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SERIATO
- 02 IAMRA INTERNATIONAL ASSOCIATION OF MEDICAL REGULATORY AUTHORITIES
- 03 SAEME SISTEMA DE ACREDITAÇÃO DAS ESCOLAS MÉDICAS
- 04 CONVÊNIO E REPRESENTAÇÃO: CONFEMEL
- 05 ATIVIDADES DA COMUNIDADE MÉDICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA CMPLP
- 06 REPRESENTAÇÃO EM REUNIÕES/EVENTOS INTERNACIONAIS
- 07 DOUTORADO: BIOÉTICA E FMUP
- 09 16a CONFERÊNCIA MUNDIAL DE BIOÉTICA LOGÍSTICA

#### 31.06 – DERIG – DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS

01 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DERIG

#### 31.07 – DECIP – DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E PESQUISA

01 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP

#### 32.01 – COCCT – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES E CÂMARAS TÉCNICAS

- 01 SECCT COMISSÕES, CÂMARAS E GRUPOS DE TRABALHOS INTERNAS
- 02 SEARE COMISSÕES, CÂMARAS E GRUPOS DE TRABALHOS EXTERNAS
- 03 DEPIA DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
- 04 ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE
- 99 PREVISÃO DE CRIAÇÃO DE NOVAS COMISSÕES E CÂMARAS

#### 33.01 – COPCO – COORDENAÇÃO DE PROCESSO E CONSULTA

- 01 ACOMPANHAMENTO PARA SISTEMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO
- 02 COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO
- 03 SERVICO DE COPIDESCAGEM
- 04 ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º VICE-PRESIDENTE

#### 34.01 - COFIS - COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

- 02 ENCONTRO: DEFIS DOS CRMs COMISSÃO DEFIS CFM
- 03 ENCONTRO: CODAMES DOS CRMs E COMISSÃO CODAME
- 06 VISITAS AOS CRMs: ACOMPANHAMENTO, TREINAMENTO E CORREIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO
- 08 ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE
- 09 NOVO CRVIRTUAL 2.0
- 10 PROAT SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS CADASTRAIS

		A FISCALIZAÇÃO

#### 34.02 – DEFIS – DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

#### 34.04 - EMCON - EDUCAÇÃO MÉDICA CONTINUADA

#### 35.01 – SEPAL – SETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO

- 01 ESTOOUE
- 02 MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO)

#### 35.02 - SEGED - SETOR DE GESTÃO DOCUMENTAL

- 01 GESTÃO DOCUMENTAL
- 02 GESTÃO DE WEBSERVICE

#### 35.03 - SETRA - SETOR DE TRANSPORTE

- 01 MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA
- 02 SERVICOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS

#### 35.04 – SEGEP – SETOR DE GESTÃO E PESSOAS

- 01 MANUTENCÃO DE PESSOAL
- 02 MANUTENÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
- 03 ATIVIDADES MOTIVACIONAIS
- 05 MANUTENÇÃO DE SISTEMAS
- 06 CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL
- 07 BENEFÍCIOS, PERIÓDICOS E PDV
- 08 CONTRATAÇÃO DE MENOR APRENDIZ
- 09 CONCURSO PÚBLICO

#### 35.05 – COADM – COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 03 MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE
- 06 SOLUÇÃO UNIFICADA DE IDENTIFICAÇÃO AR ELETRÔNICA
- 11 REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO CFM
- 12 HABITABII IDADE DA NOVA SEDE
- 13 VIGII ÂNCIA ARMADA F FI FTRÔNICA
- 14 TELEFONIA FIXA E MÓVEL
- 15 SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS
- 17 LOCAÇÃO DE MÁQUINAS
- 18 ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE
- 19 FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE
- 20 CLIMATIZAÇÃO DA SEDE
- 21 SEGUROS EM GERAL
- 23 COMBATE A INCÊNDIO E PRIMEIROS-SOCORROS

#### 27 - CFM + - CREDENCIAMENTO DE VANTAGENS AOS MÉDICOS

#### 35.06 – SECRETÁRIO-GERAL – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

- 01 ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SECRETÁRIO-GERAL
- 02 VISITAS AOS REGIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE CORREIÇÕES

#### 35.07 - SEMLO - SETOR DE MANUTENÇÃO E LOGÍSTICA

- 01 POSTAGENS, CORRESPONDÊNCIAS E FRETES
- 02 ASSINATURAS DE JORNAIS, PERIÓDICOS E TV

#### 36.03 - COINF - COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA

- 01 LINK DE DADOS REDUNDANTES
- 02 ANTIVÍRUS COM ANÁLISE COMPORTAMENTAL
- 03 AQUISIÇÃO DE FITA DE BACKUP LTO8
- 04 EOUIPAMENTO DE DATACENTER
- 05 ATESTADO MÉDICO
- 06 EOUIPAMENTOS DE MICROINFORMÁTICA E ACESSÓRIOS BÁSICOS
- 07 RENOVAÇÃO DA SUBSCRIÇÃO DA FERRAMENTA VIRTUALIZAÇÃO
- 08 SERVICO DE ALTA DISPONIBILIDADE E DE PROTEÇÃO DE SISTEMAS (CDN E WAF)
- 09 SERVIÇO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (SAAS, IAAS e PAAS)
- 10 PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA EAD
- 11 TESTE DE INTRUSÃO (PEN TEST)
- 12 SOLUÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)
- 13 COINF MANUTENÇÃO DE CONTRATOS
- 14 CENTRAL DE SERVIÇO COMPARTILHADO
- 15 SUBSCRIÇÃO DE LICENCIAMENTO ORACLE STANDARD
- 16 SUBSCRIÇÃO DE LICENCIAMENTO PARA SERVIDOR DE REDE
- 17 AOUISICÃO DE PRODUTOS DE MICROINFORMÁTICA: CRMs (INATIVO)
- 18 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PESQUISA IMPARCIAL EM TI, NA FORMA DE ASSINATURA PARA ACESSO A BASE DE CONHECIMENTO
- 22 PRONTUÁRIO ELETRÔNICO
- 23 EVENTOS DE TI, APOIOS E INTEGRAÇÃO COM OS CRMs
- 24 ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º SECRETÁRIO

#### 37.02 - COIMP - IMPRENSA

- 01 PUBLICIDADE E PROPAGANDA
- 02 CLIPPING DE IMPRENSA
- 03 JORNAL MEDICINA
- 04 DIAGRAMAÇÃO E COPIDESCAGEM

- 05 PRODUCÃO E DISSEMINAÇÃO: TRAINING
- 06 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: SMS MARKETING, MAILING, RADIOWEB, VIDEOAULAS, PUBLICA-CÕES DIGITAIS
- 07 PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO: REVISTA BIOÉTICA

#### 37.03 - 2º SECRETÁRIO - PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

- 01 ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º SECRETÁRIO
- 02 COMISSÃO EDITORIAL DO JORNAL MEDICINA
- 03 COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
- 04 ENCONTROS DE ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO

#### 38.01 - SECIN - CONTROLE INTERNO

#### 38.02 - SECON - CONTABILIDADE

#### 38.03 - SEFIN - FINANCEIRO

#### 38.04 – COFIN – COORDENAÇÃO FINANCEIRA

- 01 COMISSÃO DE PATRIMÔNIO
- 02 ENCONTRO DOS TESOUREIROS DA MEDICINA
- 03 ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: TESOUREIRO
- 04 EMPRÉSTIMOS FINANCEIROS
- 05 ELEIÇÕES CFM/CRMS
- 06 APOIO TÉCNICO NOS CRMs
- 07 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
- 08 AUDITORIA NOS CRMs
- 09 CONTRATOS: MANUTENÇÃO DE SOFTWARES, ASSINATURAS DE PERIÓDICOS, TARIFAS BANCÁRIAS E TAXAS
- 10 GRUPO DE TRABALHO E TREINAMENTOS CRMs
- 38.06 AUXÍLIO PARA INVESTIMENTOS REGIONAIS
- 38.07 AUXÍLIO PARA DESPESAS ADMINISTRATIVAS

#### 39.01 – SEBRB – SETOR DE BIBLIOTECA E REVISTA BIOÉTICA

- 01 RENOVAÇÃO DE ASSINATURA DE PERIÓDICOS E ACESSO A PUBLICAÇÕES
- 02 ATUALIZAÇÃO DO ACERVO
- 03 AUTOMAÇÃO DA BIBLIOTECA: MULTIACERVO E COMUTAÇÃO
- 04 ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º SECRETÁRIO
- 05 REVISTA BIOÉTICA

#### 40.01 – COTCO – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

01 – REUNIÕES DA COMISSÃO

#### 41.01 - ENCONTROS DOS CONSELHOS DE MEDICINA

01 - REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS DA MEDICINA

		OBJETIVOS E	STRATÉGICOS
PERSPECTIVA	OB	OBJETIVO	INICIATIVA
BENEFÍCIOS	1	Zelar pelo prestígio e bom	07 — REALIZAÇÃO DE EVENTOS
ESPERADOS		conceito da profissão médica	12 — ASSINATURA LAG — LISTA DE AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS
			02 — IAMRA — INTERNATIONAL ASSOCIATION OF MEDICAL REGULATORY AUTHORITIES
			05 — ATIVIDADES DA COMUNIDADE MÉDICA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA — CMPLP
			06 — REPRESENTAÇÃO EM REUNIÕES/EVENTOS INTERNACIONAIS
			01 — SECCT — COMISSÕES, CÂMARAS E GRUPOS DE TRABALHOS — INTERNAS
			99 — PREVISÃO DE CRIAÇÃO DE NOVAS COMISSÕES E CÂMARAS
	2	2 Manter o nível de respeito institucional alcançado pe- rante a sociedade	08 — REPRESENTAÇÃO EM REUNIÕES/EVENTOS NA- CIONAIS
			09 — 16ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE BIOÉTICA — LO- GÍSTICA
			11 – REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO CFM
PROCESSOS FINALÍSTICOS	3	3 Continuar a sistematização e a padronização da fiscalização	02 — ENCONTRO: DEFIS DOS CRMs COMISSÃO DEFIS — CFM
			03 — ENCONTRO: CODAMES DOS CRMs E COMISSÃO CODAME
			06 — VISITAS AOS CRMs: ACOMPANHAMENTO, TREINA- MENTO E CORREIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO
			11 — ESTRATÉGICAS DE COMUNICAÇÃO VOLTADAS A FISCALIZAÇÃO
	4	Aprimorar os trabalhos da	03 — REUNIÕES DA PLENÁRIA: JULGAMENTOS
		esfera judicante	02 — ENCONTRO DE CORREGEDORES, FUNCIONÁRIOS E ASSESSORES JURÍDICOS
			06 – TRIBUNAL ELETRÔNICO
			05 — APOIO JURÍDICO AOS CRMs E ATIVIDADES JUDI- CANTES DO CFM
	5	Buscar o permanente aper- feiçoamento das normas no Sistema Conselhos de Medicina	01 — REUNIÕES DA PLENÁRIA: EFETIVO

atendimento cartorial à classe médica  FUNÇÕES CENTRAIS  7 Zelar juridicamente pelo padrão ético das ações internas e externas do CFM.  8 Manter a excelência no desempenho de suas funções  10 - RROAT - SERVIÇO BE COPITOLAS E EMOLUMENTOS  22 - SUCUMBÊNCIAS E AÇÕES JUDICIAIS E EMOLUMENTOS  33 - ANUIDADES - OAB  40 - ATIVIDADES DA CORREGEDORIA  51 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: PRESIDÊNCIA  51 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: PRESIDÊNCIA  51 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP  53 - ANUIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP  54 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP  55 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTIC  56 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTIC  57 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTIC  58 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTIC  59 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTIC  60 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTIC  61 - ESTOQUE  62 - MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO)  63 - MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE  64 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP  65 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTIC  66 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTIC  67 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTIC  68 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTIC  69 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTIC  60 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTIC  60 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTIC  61 - ESTOQUE  62 - MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO)  63 - MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA  64 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTE  65 - ERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E DIRIPETOR SETACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E DIRIPETOR SETACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E DIRIPETOR SETACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E DIRIPETOR SETACIONAMENTOS  66 - ATIVIDADES DE SERPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE  67 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE  68 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE  69 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTE  60 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTE  60 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE  61 - AT			
classe médica  MENTO DE PROCESSOS CADASTRAIS  02 – GESTÃO WEB SERVICE  05 – ATESTADO MÉDICO  22 – PRONTUÁRIO ELETRÔNICO  02 – SUCUMBÊNCIAS E AÇÕES JUDICIAIS E EMOLUMENTOS  33 – ANUIDADES – OAB  Manter a excelência no desempenho de suas funções  64 – ATIVIDADES DA CORREGEDORIA  01 – REUNIÕES DA CORREGEDORIA  01 – REUNIÕES DA DIRETORIA  01 – REUNIÕES DA CONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA  10 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: PRESIDÊNCIA  10 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP  04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE  04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º VICE-PRESIDENTE  06 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE  07 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE  08 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE  09 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE  00 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE  01 – ESTOQUE  02 – MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO)  01 – MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA  02 – SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS  03 – MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE  13 – VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA  14 – TELEFONIA FIXA E MÓVEL  15 – SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 – ABASTECIMENTO DE ÉNERGIA NA SEDE  19 – FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 – CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 – SEGUROS EM GERAL	6	Garantir a eficiência no	
FUNÇÕES CENTRAIS  7 Zelar juridicamente pelo padrão ético das ações internas e externas do CFM.  8 Manter a excelência no desempenho de suas funções  10 - ATIVIDADES DA CORREGEDORIA 10 - REUNIÕES DA CONTROLADORIA COMA PRESIDÊNCIA 10 - REUNIÕES DA CONTROLADORIA 10 - REUNIÕES DA CONTROLADORIA 10 - REUNIÕES DA CONTROLADORIA 10 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDÊNCIA 10 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-P			· ·
FUNÇÕES CENTRAIS  7 Zelar juridicamente pelo padrão ético das ações internas e externas do CFM.  8 Manter a excelência no desempenho de suas funções  10 - ATIVIDADES DA CORREGEDORIA  10 - REUNIÕES DA DIRETORIA  10 - REUNIÕES DA DIRETORIA  10 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: PRESIDÊNCIA  10 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SERIATC  11 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DERIG  12 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE  13 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE  14 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE  15 - ESTOQUE  16 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: OUTROS  17 - MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA  18 - ABASTECIMENTO DE ANOVA SEDE  19 - HABITABILIDADE DA NOVA SEDE  19 - FORNECIMENTO DE ÉMERIA NA SEDE  19 - FORNECIMENTO DE ÉMERIA NA SEDE  20 - CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 - SEGUROS EM GERAL			02 – GESTÃO WEB SERVICE
Teinráis  Zelar juridicamente pelo padrão ético das ações internas e externas do CFM.  Manter a excelência no desempenho de suas funções  Manter a excelência no desempenho de suas funções  Manter a excelência no desempenho de suas funções  O1 — ATIVIDADES DA CORREGEDORIA  O1 — REUNIÕES DA DIRETORIA  O1 — REUNIÕES DA CONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA  O1 — REUNIÕES DA CONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA  O1 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: PRESIDÊNCIA  O1 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DERIIG  O1 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE  O4 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º VICE-PRESIDENTE  O4 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE  O5 — MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA  O2 — SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS  O3 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE  12 — HABITABILLIDADE DA NOVA SEDE  13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA  14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL  15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 — ABASTECIMENTO DE ÉQUA NA SEDE  19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 — SEGUROS EM GERAL			05 – ATESTADO MÉDICO
RENTOS  3 - ANUIDADES - OAB  8 Manter a excelência no desempenho de suas funções  4 - TAXAS E SERVIÇOS DE CÓPIAS PROCESSUAIS  50 - ATIVIDADES DA DIRETORIA  10 - REUNIÕES DA DIRETORIA  10 - REUNIÕES DA CONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA  10 - REUNIÕES DA ONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA  10 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SERIATC  10 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DERIG  10 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE  10 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE  10 - ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º VICE-PRESIDENTE  10 - ESTOQUE  10 - MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA  10 - ESTOQUE  10 - MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE  11 - HABITABILIDADE DA NOVA SEDE  13 - VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA  14 - TELEFONIA FIXA E MÓVEL  15 - SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  19 - FORNECIMENTO DE ÉMERGIA NA SEDE  20 - CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 - SEGUROS EM GERAL			22 – PRONTUÁRIO ELETRÔNICO
Manter a excelência no de- sempenho de suas funções  04 — ATIVIDADES DA CORREGEDORIA  04 — TAXAS E SERVIÇOS DE CÓPIAS PROCESSUAIS  01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: PRESIDÊNCIA  10 — REUNIÕES DA DIRETORIA  01 — REUNIÕES DA CONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA  01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SERIATC  01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP  04 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE  08 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º VICE-PRESIDENTE  08 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE  01 — ESTOQUE  02 — MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO)  01 — MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA  02 — SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS  03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE  12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE  13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA  14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL  15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  19 — FORNECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 — SEGUROS EM GERAL	 7	padrão ético das ações in-	-
sempenho de suas funções  01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: PRESIDÊNCIA 10 — REUNIÕES DA DIRETORIA 01 — REUNIÕES DA CONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA 01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SERIATC 01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DERIG 01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DERIG 01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP 04 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTE 04 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE 04 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE 05 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE 06 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE 07 — ESTOQUE 09 — MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO) 01 — MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA 02 — SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS 03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE 12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE 13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA 14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL 15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS 17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS 18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 — SEGUROS EM GERAL		ternas e externas do CFM.	03 – ANUIDADES – OAB
01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: PRESIDÊNCIA 10 – REUNIÕES DA DIRETORIA 01 – REUNIÕES DA CONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA 01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SERIATC 01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DERIG 01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP 04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTE 04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2° VICE-PRESIDENTE 08 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE 01 – ESTOQUE 02 – MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO) 01 – MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA 02 – SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS 03 – MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE 12 – HABITABILIDADE DA NOVA SEDE 13 – VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA 14 – TELEFONIA FIXA E MÓVEL 15 – SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS 17 – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS 18 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 19 – FORNECIMENTO DE ÉNERGIA NA SEDE 20 – CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 – SEGUROS EM GERAL	8	Manter a excelência no de-	04 – ATIVIDADES DA CORREGEDORIA
10 — REUNIÕES DA DIRETORIA  01 — REUNIÕES DA CONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA  01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SERIATC  01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DERIG  01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTE  04 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2° VICE-PRESIDENTE  08 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE  01 — ESTOQUE  02 — MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO)  01 — MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA  02 — SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS  03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE  12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE  13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA  14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL  15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 — ABASTECIMENTO DE ÉGUA NA SEDE  19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 — SEGUROS EM GERAL		sempenho de suas funções	04 – TAXAS E SERVIÇOS DE CÓPIAS PROCESSUAIS
01 – REUNIÕES DA CONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA 01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SERIATC 01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DERIG 01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP 04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° VICE-PRESIDENTE 04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2° VICE-PRESIDENTE 08 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE 01 – ESTOQUE 02 – MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO) 01 – MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA 02 – SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS 03 – MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE 12 – HABITABILIDADE DA NOVA SEDE 13 – VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA 14 – TELEFONIA FIXA E MÓVEL 15 – SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS 17 – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS 18 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 19 – FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 20 – CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 – SEGUROS EM GERAL			01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: PRESIDÊNCIA
01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SERIATC 01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP 04 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE 04 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º VICE-PRESIDENTE 08 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE 01 — ESTOQUE 02 — MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO) 01 — MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA 02 — SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS 03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE 12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE 13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA 14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL 15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS 17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS 18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 — SEGUROS EM GERAL			10 — REUNIÕES DA DIRETORIA
01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DERIG 01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP 04 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE 04 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º VICE-PRESIDENTE 08 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE 01 — ESTOQUE 02 — MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO) 01 — MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA 02 — SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS 03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE 12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE 13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA 14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL 15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS 17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS 18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 — SEGUROS EM GERAL			01 — REUNIÕES DA CONTROLADORIA COM A PRESIDÊNCIA
01 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP 04 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE 04 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º VICE-PRESIDENTE 08 — ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE 01 — ESTOQUE 02 — MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO) 01 — MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA 02 — SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS 03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE 12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE 13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA 14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL 15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS 17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS 18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE			01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SERIATC
04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE 04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º VICE-PRESIDENTE 08 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE 01 – ESTOQUE 02 – MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO) 01 – MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA 02 – SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS 03 – MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE 12 – HABITABILIDADE DA NOVA SEDE 13 – VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA 14 – TELEFONIA FIXA E MÓVEL 15 – SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS 17 – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS 18 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 19 – FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 20 – CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 – SEGUROS EM GERAL			01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DERIG
04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º VICE-PRESIDENTE 08 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE 01 – ESTOQUE 02 − MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO) 01 − MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA 02 − SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS 03 − MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE 12 − HABITABILIDADE DA NOVA SEDE 13 − VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA 14 − TELEFONIA FIXA E MÓVEL 15 − SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS 17 − LOCAÇÃO DE MÁQUINAS 18 − ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 19 − FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 20 − CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 − SEGUROS EM GERAL			01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: DECIP
08 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° VICE-PRESIDENTE  01 – ESTOQUE  02 − MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO)  01 − MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA  02 − SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS  03 − MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE  12 − HABITABILIDADE DA NOVA SEDE  13 − VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA  14 − TELEFONIA FIXA E MÓVEL  15 − SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 − LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 − ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  19 − FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 − CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 − SEGUROS EM GERAL			04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1º VICE-PRESIDENTE
01 — ESTOQUE  02 — MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO)  01 — MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA  02 — SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS  03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE  12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE  13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA  14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL  15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 — SEGUROS EM GERAL			04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2º VICE-PRESIDENTE
02 — MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO)  01 — MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA  02 — SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS  03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE  12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE  13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA  14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL  15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 — SEGUROS EM GERAL			08 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3º VICE-PRESIDENTE
01 — MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA 02 — SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS 03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE 12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE 13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA 14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL 15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS 17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS 18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 — SEGUROS EM GERAL			01 – ESTOQUE
02 — SERVIÇOS, SEGURO, PEDÁGIOS, ESTACIONAMENTOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS  03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE  12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE  13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA  14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL  15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 — SEGUROS EM GERAL			02 – MATERIAL PERMANENTE (PATRIMÔNIO)
TOS, TAXAS DE TRANSPORTE E OUTROS  03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE  12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE  13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA  14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL  15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 — SEGUROS EM GERAL			01 – MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA
12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE  13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA  14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL  15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 — SEGUROS EM GERAL			
13 — VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA 14 — TELEFONIA FIXA E MÓVEL 15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS 17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS 18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 — SEGUROS EM GERAL			03 — MANUTENÇÃO PREDIAL DA SEDE
14 – TELEFONIA FIXA E MÓVEL 15 – SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS 17 – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS 18 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE 19 – FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 20 – CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 – SEGUROS EM GERAL			12 — HABITABILIDADE DA NOVA SEDE
15 — SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS  17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 — SEGUROS EM GERAL			13 – VIGILÂNCIA ARMADA E ELETRÔNICA
17 — LOCAÇÃO DE MÁQUINAS  18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 — SEGUROS EM GERAL			14 – TELEFONIA FIXA E MÓVEL
18 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE  19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE  20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE  21 — SEGUROS EM GERAL			15 – SERVIÇOS GRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS
19 — FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE 20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 — SEGUROS EM GERAL			17 – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS
20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE 21 — SEGUROS EM GERAL			18 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA SEDE
21 – SEGUROS EM GERAL			19 – FORNECIMENTO DE ENERGIA NA SEDE
			20 — CLIMATIZAÇÃO DA SEDE
23 – COMBATE A INCÊNDIO E PRIMEIROS-SOCORROS			21 – SEGUROS EM GERAL
			23 – COMBATE A INCÊNDIO E PRIMEIROS-SOCORROS

9	Manter atuação competen.	27 – CFM + – CREDENCIAMENTO DE VANTAGENS AOS MÉDICOS  01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: SECRETÁRIO-GERAL  13 – COINF – COINF – MANUTENÇÃO DE CONTRATOS  18 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PESQUISA IMPARCIAL EM TI, NA FORMA DE ASSINATURA PARA ACESSO A BASE DE CONHECIMENTO  23 – EVENTOS DETI, APOIOS E INTEGRAÇÃO COMOS CRMS  24 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 1° SECRETÁRIO  03 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: TESOUREIRO  09 – CONTRATOS: MANUTENÇÃO DE SOFTWARES, ASSINATURAS DE PERIÓDICOS, TARIFAS BANCÁRIAS ETAXAS  01 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 2° SECRETÁRIO  04 – ATIVIDADES DE EXPEDIENTE: 3° SECRETÁRIO  03 – PUBLICAÇÃO DE EDITAL
9	Manter atuação competente em comunicação	03 — PUBLICAÇÃO DE EDITAL  01 — LEITURA DE DIÁRIOS E ASSINATURAS DO D.O.U.  03 — SERVIÇO DE COPIDESCAGEM  01 — POSTAGENS, CORRESPONDÊNCIAS E FRETES  02 — ASSINATURAS DE JORNAIS, PERIÓDICOS E TV  01 — PUBLICIDADE E PROPAGANDA  02 — CLIPPING DE IMPRENSA  03 — JORNAL DE MEDICINA  04 — DIAGRAMAÇÃO E COPIDESCAGEM  05 — PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO: TRAINING  06 — FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL: SMS MARKETING, MAILING, RADIOWEB, VIDEOAULAS, PUBLICAÇÕES DIGITAIS  07 — PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO: REVISTA BIOÉTICA  02 — COMISSÃO EDITORIAL DO JORNAL MEDICINA  03 — COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO  01 — RENOVAÇÃO DE ASSINATURA DE PERIÓDICOS E ACESSO A PUBLICAÇÕES  02 — ATUALIZAÇÃO DO ACERVO
10	Buscar o mesmo nível de ex- celência em todo o Sistema Conselhos de Medicina	01 — VISITAS AOS CRMs: REALIZAÇÃO DE CORREIÇÃO 09 — VISITA DA DIRETORIA AOS REGIONAIS 02 — AUDITORIA EXTERNA 02 — COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

			34.02 – DEFIS – DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
			01 – GESTÃO DOCUMENTAL
			06 – SOLUÇÃO UNIFICADA DE IDENTIFICAÇÃO – AR
			ELETRÔNICA
			02 — VISITAS AOS REGIONAIS PARA REALIZAÇÃO DE CORREIÇÕES
			04 — ENCONTROS DE ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO E TREINAMENTO
			01 – COMISSÃO DE PATRIMÔNIO
			02 – ENCONTRO DOS TESOUREIROS DA MEDICINA
			05 – ELEIÇÕES – CFM/CRMS
			06 – APOIO TÉCNICO NOS CRMs
			08 – AUDITORIA NOS CRMs
			10 – GRUPO DE TRABALHO E TREINAMENTOS – CRMs
			01 — REUNIÕES DA COMISSÃO
			01 — REALIZAÇÃO DOS ENCONTROS DA MEDICINA
	11	Fortalecer o posicionamento do CFM frente às políticas	03 — SAEME — SISTEMA DE ACREDITAÇÃO DAS ESCOLAS MÉDICAS
		de saúde, formação e com- petência continuada dos médicos	04 – CONVÊNIO E REPRESENTAÇÃO: CONFEMEL
			02 — SEARE — COMISSÕES, CÂMARAS E GRUPOS DE TRABALHOS — EXTERNAS
			34.04 – EMCON – EDUCAÇÃO MÉDICA CONTINUADA
			05 – REVISTA BIOÉTICA
ATIVOS	12	Garantir a sustentabilidade	38.01 – SECIN – CONTROLE INTERNO
CRÍTICOS		orçamentária e financeira do Sistema Conselhos de	38.02 – SECON – CONTABILIDADE
		do Sistema Conseinos de Medicina	38.03 – SEFIN – FINANCEIRO
		Medicina	04 – EMPRÉSTIMOS FINANCEIROS
			07 – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
			38.06 – AUXÍLIO PARA INVESTIMENTOS – REGIONAIS
			38.07 – AUXÍLIO PARA DESPESAS ADMINISTRATIVAS
	13	Incentivar a eficiência tec-	05 – DIGITALIZAÇÃO
		nológica e adequar insta- lações físicas	01 — ACOMPANHAMENTO PARA SISTEMATIZAÇÃO E INFORMAÇÃO
			05 — MANUTENÇÃO DE SISTEMAS
			01 – LINK DE DADOS REDUNDANTES
			02 – ANTIVÍRUS COM ANÁLISE COMPORTAMENTAL
			03 – AQUISIÇÃO DE FITA DE BACKUP LTO8

			04 – EQUIPAMENTO DE DATACENTER
			06 — EQUIPAMENTOS DE MICROINFORMÁTICA E ACES- SÓRIOS BÁSICOS
			07 — RENOVAÇÃO DA SUBSCRIÇÃO DA FERRAMENTA VIRTUALIZAÇÃO
			08 — SERVIÇO DE ALTA DISPONIBILIDADE E DE PROTEÇÃO DE SISTEMAS (CDN E WAF)
			09 — SERVIÇO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (SAAS, IAAS E PAAS)
			11 – TESTE DE INTRUSÃO (PEN TEST)
		14 – CENTRAL DE SERVIÇO COMPARTILHADO	
		15 — SUBSCRIÇÃO DE LICENCIAMENTO: ORACLE STANDARD	
		16 — SUBSCRIÇÃO DE LICENCIAMENTO PARA SERVIDOR DE REDE	
		17 — AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE MICROINFORMÁTI- CA: CRMs (INATIVO)	
		03 — AUTOMAÇÃO DA BIBLIOTECA: MULTIACERVO E COMUTAÇÃO	
	14 Atentar-se e fazer uso de novas tecnologias nos	03 — DEPIA — DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	
		processos do Sistema Con- selhos de Medicina	12 — SOLUÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)
	Buscar a permanente motivação, remuneração, competência da equipe e manutenção de pessoal	07 – DOUTORADO: BIOÉTICA E FMUP	
		01 – MANUTENÇÃO DE PESSOAL	
			02 – MANUTENÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
			03 – ATIVIDADES MOTIVACIONAIS
			06 — CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL
			07 – BENEFÍCIOS, PERIÓDICOS E PDV
			08 — CONTRATAÇÃO DE MENOR APRENDIZ
			09 – CONCURSO PÚBLICO
			10 — PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA EAD

# 6. PANORAMA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O PEI 2024-2029 foi concebido para direcionar os esforços do CFM ano a ano. Dessa forma, ao final de cada ano, a partir de dados do monitoramento da execução, avalia-se a evolução do plano e planejam-se revisões necessárias. Atualmente, o PEI apresenta o seguinte panorama:

Missão	Promover o bem-estar da sociedade, disciplinando o exercício da medicina por meio de sua normatização, fiscalização, orientação, formação, valorização profissional e organização, diretamente ou por intermédio dos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), bem como assegurar, defender e promover o exercício legal da medicina, as boas práticas da profissão, o respeito e a dignidade da categoria, buscando proteger a sociedade de equívocos da assistência decorrentes da precarização do sistema de saúde.			
Visão	Ser reconhecido nacional e internacionalmente como uma instituição capaz de atuar com excelência pelo bom exercício ético e técnico no âmbito da prestação de serviços médicos, em atendimento às expectativas da sociedade, além de ser instrumento de valorização e defesa da dignidade profissional do médico, contribuindo para o debate em questões relacionadas à saúde e à medicina.			
Valores	Descrição			
ÉTICA	Atuar com elevado padrão ético.			
ALINHAMENTO	Ser leal aos objetivos institucionais.			
COMPROMETIMENTO	Ter comprometimento com a justiça, a responsabilidade e a transparência.			
INTEGRIDADE	Agir em obediência à legislação que disciplina a gestão pública.			
EXCELÊNCIA	Prestar serviços de excelência.			
APERFEIÇOAMENTO	Buscar aperfeiçoamento contínuo e com eficiência.			

Perspectivas		Objetivos	Indicadores		Metas	Iniciativas estra-
	estratégicas	estratégicos	Táticos	Estratégicos	Meras	tégicas
	4	15	134	20	154	134

# 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Federal de Medicina (CFM) iniciou sua gestão 2024-2029 com a realização da primeira Sessão Plenária Ordinária entre 15 e 18 de outubro de 2024. Durante esse encontro, foram apresentados os pilares da gestão para o plano estratégico que norteará as atividades da autarquia nos próximos cinco anos. Este plano está estruturado em torno de temas cruciais para a medicina e a saúde pública no Brasil, incluindo:

- Trabalho médico: foco nas condições de trabalho, remuneração e valorização profissional.
- Ensino médico: atenção à qualidade da formação médica, avaliação contínua dos cursos e fortalecimento da residência médica.
- Novos cenários: adaptação às inovações tecnológicas, aos avanços da inteligência artificial, inclusive na prática clínica, e às mudanças no perfil epidemiológico da população.
- Ação institucional: fortalecimento do papel do CFM na regulação e fiscalização do exercício da medicina, além da defesa da ética profissional.

A implementação eficaz deste planejamento requer a colaboração ativa de todos os conselheiros e profissionais da área médica. A participação conjunta é essencial para enfrentar os desafios emergentes e promover avanços significativos na medicina brasileira.



ISBN: 978-65-87360-21-8